



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Departamento de Economia

**Eficiência Adaptativa e Reestruturação Institucional:  
Um Estudo Comparativo da Recuperação Pós-Guerra**

Felipe de Araújo Neto  
180016229

Brasília  
2025

## Sumário

CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO .....	2
1.1 Conceituação preliminar: instituições e eficiência adaptativa .....	3
1.2 Problematização, hipóteses e questões de pesquisa .....	5
CAPÍTULO 2 – DINÂMICAS INSTITUCIONAIS: RIGIDEZ E ADAPTAÇÃO .....	7
2.1 Revisão da literatura e principais correntes de pensamento .....	8
2.2 Eficiência adaptativa: conceito, mecanismos e implicações .....	11
2.2.1 Rupturas históricas e oportunidades institucionais .....	12
2.2.2 O papel do Estado no redesenho institucional .....	14
2.2.3 Estabilidade, incentivos e aprendizado institucional .....	16
2.2.4 Organizações, comportamento e eficiência adaptativa .....	18
2.3 O Corredor Estreito e o papel da sociedade na limitação do Estado .....	20
2.4 Estrutura metodológica e estratégia comparativa .....	23
CAPÍTULO 3 – INSTITUIÇÕES EM CONTEXTO DE RUPTURA .....	25
3.1 Casos de Sucesso: Japão e Alemanha .....	26
3.1.1 Estudo de Caso: Japão e a Eficiência Adaptativa .....	27
3.1.2 O Caso da Alemanha: Colapso e Reconstrução Institucional .....	32
3.2 A Transição Pós-Comunista .....	36
3.2.1 Capitalismo Selvagem, Corrupção Sistêmica e Capture of State .....	37
3.2.2 Determinantes Institucionais do Desempenho .....	39
3.2.3 Condições Pré-Existentes e Padrões de Rentismo .....	41
3.2.4 Estudo de Caso: A Sérvia e a Persistência do Patrimonialismo .....	43
3.2.5 Estudo de Caso: Rússia e o Retorno ao Leviatã Despótico .....	45
CAPÍTULO 4 – DISCUSSÃO INTEGRADA DOS RESULTADOS .....	47
4.1 Produtividade e realocação setorial no Japão .....	48
4.2 Desempenho econômico e institucional nos países pós-comunistas .....	50
4.3 Padrões de abertura econômica e reformas estruturais .....	52
4.4 Comparações internacionais: GCI e PIB .....	54
4.5 Síntese analítica: Japão versus países pós-comunistas .....	56
CAPÍTULO 5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	58
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	60

## Capítulo 1 – Introdução

Catástrofes de grande escala (sejam naturais, como terremotos e epidemias, ou provocadas por ação humana, como guerras e colapsos institucionais) deixam marcas profundas nas sociedades que as enfrentam. Esses eventos, ao romperem estruturas políticas, econômicas e sociais estabelecidas, impõem desafios extremos à capacidade de reorganização dos países afetados. Entre eles, as guerras se destacam por sua intensidade destrutiva e por frequentemente exigirem processos amplos de reconstrução institucional e material.

O período pós-guerra representa assim um limiar, no qual a recuperação de um país depende não apenas de investimentos e ajuda internacional, mas sobretudo da capacidade de suas instituições de promover estabilidade, aprender com os erros do passado e se adaptar a novas exigências sociais e econômicas. Nesses contextos, a forma como as instituições se reorganizam e respondem aos choques pode acelerar (ou travar) o retorno ao desenvolvimento.

Este trabalho parte dessa constatação para investigar o papel das instituições nos processos de reconstrução pós-conflito. A proposta é examinar como diferentes sociedades reagiram após grandes rupturas históricas e quais arranjos institucionais favoreceram (ou não) trajetórias mais bem-sucedidas de retomada. Mais do que descrever esses casos, o objetivo é identificar padrões e mecanismos que ajudem a compreender por que alguns países conseguiram reconstruir seus sistemas com maior eficácia, enquanto outros enfrentaram longos períodos de estagnação, instabilidade ou retrocesso.

Ao lançar luz sobre essas dinâmicas, a pesquisa busca contribuir para o debate sobre as condições institucionais que sustentam o desenvolvimento no longo prazo, especialmente em contextos de crise profunda, um tema que segue atual diante das recorrentes tensões e desafios enfrentados por diversas sociedades no século XXI.

### 1.1 Conceituação preliminar: instituições e eficiência adaptativa

Neste trabalho, dois conceitos centrais orientam a análise: **instituições** e **eficiência adaptativa**. Ambos são fundamentais para compreender como países enfrentam processos de reconstrução e como alguns conseguem promover trajetórias de desenvolvimento mais bem-sucedidas que outros após períodos de crise profunda.

#### **Instituições**

De acordo com Douglass North (1991), instituições são as "regras do jogo" em uma sociedade: o conjunto de normas formais (como leis, constituições e regulamentos) e informais (como valores culturais, tradições e convenções sociais) que moldam o comportamento de indivíduos e organizações. Seu principal papel é reduzir a incerteza, ao organizar as interações

sociais, políticas e econômicas. Elas fornecem os incentivos, os limites e as expectativas que estruturam o funcionamento dos sistemas econômicos e políticos.

Embora não sejam necessariamente eficientes, as instituições influenciam diretamente o desempenho de uma economia. Algumas promovem inovação e cooperação, enquanto outras perpetuam ineficiências ou privilégios. Muitas vezes, persistem por inércia histórica ou por atenderem a interesses de grupos dominantes. Ainda assim, ao definir os custos de transação, o grau de segurança jurídica e os mecanismos de coordenação, elas afetam profundamente a capacidade de uma sociedade de lidar com mudanças e incertezas.

### **Eficiência adaptativa**

A eficiência adaptativa é um conceito desenvolvido por North (1990) para descrever a capacidade das instituições de se transformarem ao longo do tempo, em resposta a mudanças nas condições políticas, econômicas ou sociais. Em vez de privilegiar apenas a estabilidade, sociedades adaptativamente eficientes são aquelas que conseguem ajustar suas regras e práticas conforme surgem novos desafios, incorporando aprendizado, inovação e experimentação institucional.

Segundo o autor, essa capacidade de adaptação institucional depende da existência de mecanismos que permitam revisar normas, avaliar resultados e incorporar mudanças, muitas vezes a partir da descentralização do poder decisório e da atuação de uma sociedade civil ativa. A interação entre normas formais e informais também é crucial: quanto mais integradas estiverem, maior será a flexibilidade do sistema para lidar com crises sem colapsar.

Ao contrário, instituições excessivamente rígidas (seja por centralização extrema, por ausência de *accountability* ou por normas fortemente enraizadas) tendem a bloquear a inovação, limitar a participação e dificultar a renovação institucional. Isso compromete o crescimento de longo prazo e perpetua desequilíbrios.

Uma forma prática de observar a eficiência adaptativa é avaliar se as instituições conseguem reduzir os custos de transação, tornando mais simples e seguro empreender, negociar e resolver disputas. Essa redução (observável por exemplo no tempo e nos recursos gastos em processos burocráticos, na proteção aos direitos de propriedade ou na previsibilidade jurídica) indica a capacidade de uma sociedade em organizar-se de forma eficiente frente a novos desafios.

## **1.2 Problematização, hipóteses e questões de pesquisa**

Diante dos inúmeros desafios enfrentados por países em contextos de reconstrução, especialmente após guerras ou rupturas institucionais profundas, surge a questão central que orienta este trabalho: *“por que algumas sociedades conseguem se recuperar e desenvolver com mais sucesso do que outras diante de choques semelhantes?”*. Embora diversos fatores

econômicos e geopolíticos sejam comumente apontados como determinantes desses resultados, este estudo parte do pressuposto de que a chave está no modo como as instituições reagem, se ajustam e se reorganizam após esses eventos críticos.

A hipótese principal considera que sociedades cujas instituições apresentaram maior capacidade de adaptação institucional (entendida como a habilidade de ajustar normas, estruturas e mecanismos de governança conforme novas demandas e realidades) lograram resultados mais robustos em termos econômicos e sociais ao longo do tempo. Em contrapartida, quando há rigidez normativa, ausência de canais de feedback e baixa articulação entre diferentes níveis institucionais, tende-se a observar trajetórias marcadas por instabilidade, corrupção, baixa inovação e fragilidade estatal.

Portanto, este trabalho propõe investigar em que medida a presença de instituições adaptativas está associada à superação mais eficaz de cenários de crise institucional, considerando aspectos como a integração entre normas formais e informais, a capacidade de aprendizado ao longo do tempo, os mecanismos de coordenação e a atuação dos diferentes grupos sociais e políticos no processo de reconstrução.

A análise também busca compreender se as instituições que antecederam os períodos de ruptura continham elementos de rigidez que agravaram ou prolongaram os efeitos da crise, ou se foi possível utilizar esses momentos como janelas de oportunidade para transformações estruturais. Questiona-se ainda se a descentralização do poder decisório e a existência de estruturas que incentivem a inovação e o diálogo social foram fatores centrais para a reconstrução institucional.

A partir dessas hipóteses, o trabalho será guiado por uma abordagem comparativa e orientado pela literatura sobre mudança institucional, resiliência e eficiência adaptativa, procurando identificar padrões que ajudem a explicar os diferentes caminhos seguidos por países submetidos a choques profundos e contextos adversos.

## **Capítulo 2 – Dinâmicas Institucionais: Rigidez e Adaptação**

Diante das questões e hipóteses delineadas no capítulo anterior, este capítulo apresenta os fundamentos teóricos que sustentam a análise desenvolvida ao longo do trabalho. O objetivo é delinear os principais conceitos e abordagens que permitirão compreender o papel das instituições na recuperação de países após choques profundos. Essa base teórica servirá como alicerce para a análise comparativa desenvolvida nos capítulos seguintes, permitindo identificar padrões, limitações e possibilidades de transformação institucional em contextos críticos.

## 2.1 Revisão da literatura e principais correntes de pensamento

A análise institucional da recuperação de países em contextos pós-guerra parte de uma base teórica que identifica os mecanismos pelos quais as instituições evoluem, se adaptam ou fracassam diante de choques históricos. Esta seção apresenta os principais conceitos utilizados ao longo do trabalho, com ênfase nas ideias que permitem compreender as dinâmicas de mudança institucional, resiliência e desempenho econômico em momentos críticos.

Douglass North (1990) destaca que as instituições moldam o desempenho econômico ao estruturarem os incentivos com os quais os agentes interagem no longo prazo. Um de seus conceitos fundamentais é o de **dependência de trajetória** (*path dependence*), que explica como padrões institucionais persistem mesmo quando se tornam ineficientes. A lógica central é que escolhas feitas no passado criam estruturas, normas e expectativas que tendem a se auto-reproduzir, especialmente quando envolvem altos custos de mudança. Esse fenômeno ajuda a entender por que reformas institucionais são frequentemente limitadas por legados históricos, e por que rupturas formais nem sempre resultam em mudanças substantivas. A permanência de instituições extrativas, mesmo após guerras ou colapsos de regime, pode ser explicada justamente por essa rigidez institucional, alimentada por retornos crescentes e pela adaptação de normas informais ao arranjo vigente.

Complementarmente, o conceito de **corredor estreito** (*narrow corridor*), desenvolvido por Acemoglu e Robinson (2019), descreve o equilíbrio necessário para a formação de instituições inclusivas. De um lado, é preciso que o Estado tenha força suficiente para prover segurança, coordenar políticas e garantir os direitos de propriedade. De outro, é fundamental que haja uma sociedade civil organizada, capaz de limitar o poder estatal e evitar sua degeneração em autoritarismo. Esse equilíbrio delicado é difícil de alcançar, mas essencial para sustentar um processo de desenvolvimento de longo prazo.

A teoria de Elinor Ostrom (2010) contribui com o conceito de **governança policêntrica**, no qual múltiplos centros de decisão autônomos operam de maneira interdependente. Esse modelo permite que diferentes níveis de governo, organizações e grupos sociais compartilhem responsabilidades de forma coordenada, favorecendo soluções mais flexíveis e ajustadas a contextos específicos. Em cenários de reconstrução institucional, a policentralidade pode ser uma vantagem, ao permitir experimentação, aprendizagem mútua e maior capacidade de adaptação sem depender exclusivamente de uma autoridade central.

Jenna Bednar (2018), ao tratar do **design institucional robusto**, destaca a necessidade de que as instituições equilibrem rigidez e flexibilidade. Rigidez garante estabilidade e previsibilidade das regras do jogo, enquanto flexibilidade é essencial para que o sistema institucional consiga se adaptar a mudanças inesperadas no ambiente político, econômico ou social. A ausência de qualquer um desses elementos compromete a resiliência institucional: instituições rígidas demais tornam-se obsoletas diante de choques; já as excessivamente flexíveis

perdem a capacidade de coordenar expectativas e ações.

Por fim, a noção de **destruição criativa**, formulada por Joseph Schumpeter (1942), ajuda a entender como crises (incluindo guerras) podem abrir espaço para mudanças institucionais profundas. Embora o conceito seja mais associado à dinâmica de inovação em mercados, ele também pode ser aplicado ao campo institucional: estruturas arcaicas, elites extrativas e arranjos ineficientes tendem a ruir diante de choques sistêmicos, criando uma janela de oportunidade para novas formas institucionais emergirem. A destruição, nesse caso, não é apenas ruína, mas um processo que, ao desorganizar a ordem anterior, cria espaço para reorganizações mais eficientes.

Esses conceitos formam o núcleo teórico que orienta a análise da eficiência adaptativa no contexto da reconstrução institucional (sintetizados na Tabela 2.1). Suas implicações serão exploradas ao longo dos capítulos seguintes, com base na observação empírica de trajetórias nacionais que enfrentaram rupturas históricas profundas.

**Tabela 2.1**

<b>Autor</b>	<b>Conceito</b>	<b>Definição Concisa</b>
North	Path Dependence	As escolhas institucionais passadas condicionam trajetórias futuras, mesmo quando ineficientes.
Acemoglu e Robinson	Corredor Estreito	Equilíbrio entre um Estado forte (que evita o caos) e uma sociedade organizada (que limita o autoritarismo).
Ostrom	Governança Policêntrica	Sistemas com múltiplos centros de decisão autônomos, mas coordenados, para resolver problemas coletivos.
Bednar	Design Institucional Robusto	Instituições devem equilibrar estabilidade (segurança jurídica) e adaptabilidade (mecanismos de revisão).

Schumpeter	Destruição Criativa	Crises destroem estruturas obsoletas, abrindo espaço para inovações institucionais e econômicas.
------------	---------------------	--

## 2.2 Eficiência adaptativa: conceito, mecanismos e implicações

### 2.2.1 Rupturas históricas e oportunidades institucionais

Mudanças institucionais que ocorrem em contextos de guerra ou colapso podem gerar arranjos profundamente distintos (e até opostos) àqueles vigentes anteriormente. Embora Douglass North destaque que a maioria das mudanças institucionais seja incremental, episódios como guerras e revoluções podem abrir janelas para transformações abruptas. Nesse sentido, os conceitos de *destruição criativa*, de Schumpeter, e de *path dependence*, de North, podem parecer opostos, mas se complementam: por um lado, é necessário romper com estruturas obsoletas; por outro, há forças sociais que resistem à mudança, sustentadas por normas e práticas enraizadas.

Essa tensão entre ruptura e continuidade levanta uma questão fundamental: “*o que determina se um país será capaz de transformar choques históricos em avanços institucionais?*”. Parte da resposta está nos incentivos predominantes no período de reconstrução, tanto internos (disputas entre elites, interesses econômicos, demandas sociais), quanto externos (pressões internacionais, ajuda estrangeira, ameaças geopolíticas). Como afirma North (1990), os incentivos são determinantes centrais do desempenho econômico e sua natureza evolui com o tempo. A eficiência adaptativa, portanto, emerge quando as instituições conseguem responder a esses estímulos, ajustando seus mecanismos de coordenação, responsabilização e aprendizado.

Nesse contexto, as normas informais exercem papel central. Mesmo diante de mudanças abruptas nas regras formais, elas tendem a persistir, pois estão associadas à identidade intrínseca de uma sociedade. Como observa North:

That the informal constraints are important in themselves (and not simply as appendages to formal rules) can be observed from the evidence that the same formal rules and/or constitutions imposed on different societies produce different outcomes. (...) Japanese culture survived the U.S. occupation after World War II. (North, 1990, Cap. 5, p. 36)

Dessa forma, não basta mudar as regras do jogo. O desempenho institucional em contextos de reconstrução depende da forma como os incentivos se reconfiguram e de como as normas informais interagem com as novas estruturas formais.

Além disso, Acemoglu e Robinson (2012) ressaltam que a transição de regimes extrativos para instituições inclusivas foi crucial para o “milagre econômico” de países como Japão e Alemanha. Ambos emergiram de governos centralizados e autoritários, mas no pós-guerra

conseguiram construir arranjos institucionais mais flexíveis e adaptativos. Isso reforça que a eficiência adaptativa depende não apenas da ruptura, mas da capacidade de aproveitá-la com rapidez e flexibilidade.

Como destacam North e Williamson (1993), aspectos como segurança jurídica, transparência e redução da burocracia são essenciais para dinamizar a atividade econômica em momentos críticos. Nessas situações, o tempo é um recurso valioso: mudanças lentas ou ineficazes podem comprometer a recuperação de um país.

### **2.2.2 O papel do Estado no redesenho institucional**

A eficiência adaptativa não depende apenas da presença de instituições estáveis ou da ocorrência de rupturas. Ela exige também a atuação estratégica do Estado e da sociedade civil. Song e Simpson (2018) argumentam que cabe ao Estado criar previsibilidade e segurança por meio de regras formais robustas. Isso reduz incertezas, encoraja a tomada de riscos e promove a inovação, todos elementos centrais à adaptação institucional.

Complementando essa perspectiva, Rodrik (2006) adverte que políticas públicas devem estar sensíveis às especificidades locais. Soluções padronizadas, como as do Consenso de Washington, tendem a fracassar quando desconsideram os desafios próprios de cada país. Nesse sentido, a eficiência adaptativa exige arranjos institucionais responsivos, que combinem robustez com flexibilidade contextual.

Contudo, momentos de crise também trazem riscos. A centralização do poder, muitas vezes justificada como resposta emergencial, pode se perpetuar. Arendt (1951) alerta que essas concentrações de poder, quando não revertidas, pavimentam o caminho para regimes autoritários, como se viu após a Revolução Francesa e a Revolução Russa.

Assim, o tipo de Estado que emerge no pós-crise é decisivo. Governos com capacidade de coordenação, aliados a instituições que promovem aprendizado, *accountability* e inovação, tendem a sustentar avanços institucionais. Além disso, mercados e organizações atuam como vetores de adaptação, podendo ser estimulados ou inibidos conforme o ambiente institucional. Esses elementos ajudam a explicar por que países que enfrentaram choques similares seguiram trajetórias tão distintas no pós-guerra.

### **2.2.3 Estabilidade, incentivos e aprendizado institucional**

Além do equilíbrio entre Estado e sociedade, instituições eficazes precisam encontrar um ponto de tensão produtiva entre estabilidade e adaptabilidade. Tal como no conceito de design institucional robusto, é preciso combinar rigidez e flexibilidade, o que parece contraditório, mas é essencial. É essa combinação que North denomina de eficiência adaptativa: a capacidade institucional de se transformar gradualmente, em resposta às necessidades sociais e econômicas

emergentes.

Incentivos moldados por instituições são fundamentais para orientar comportamentos produtivos. North mostra que, em países como os EUA, instituições historicamente incentivaram inovação e competição; já em diversos países africanos, os incentivos favoreceram a redistribuição de recursos por meio de monopólios e clientelismo.

Mudanças institucionais raramente ocorrem em ambientes consensuais. Quando as instituições falham em prover canais legítimos de resolução de conflitos, grupos organizam coalizões que buscam alterar as regras de forma oportunista. Isso pode gerar ciclos de instabilidade institucional, reformas reativas e emendas sucessivas, sem necessariamente resultar em ganhos de eficiência adaptativa. Muitas vezes, as novas regras apenas reconfiguram os conflitos já existentes, perpetuando disputas sobre repartição de ganhos e controle do poder.

Essa dinâmica reforça um ponto crucial de North: os resultados institucionais não podem ser replicados mecanicamente. Cada país possui um histórico próprio, e sua capacidade de reconstrução institucional depende de fatores endógenos e contextuais, não apenas da adoção de boas ideias.

O conceito de *path dependence* explica parte disso. As instituições tendem a se reforçar com o tempo: quanto mais uma regra é utilizada, mais reduz a incerteza e mais difícil se torna substituí-la. Esse processo, chamado de “retornos crescentes institucionais”, ajuda a compreender por que mudanças institucionais profundas são tão difíceis, mesmo quando as regras vigentes são ineficientes.

A comparação entre a independência dos EUA e da América do Sul ilustra esse ponto. Enquanto os EUA partiram de uma tradição institucional descentralizada, muitos países latino-americanos herdaram estruturas coloniais centralizadoras, que moldaram não apenas seus arranjos políticos, mas também seus padrões organizacionais e econômicos posteriores. E posteriormente tentaram emular a Constituição Americana visando obter os mesmos resultados dos EUA.

#### **2.2.4 Organizações, comportamento e eficiência adaptativa**

A relação entre instituições e organizações é dinâmica. À medida que os indivíduos compreendem as regras do jogo, moldam suas estratégias em torno delas. Esse processo, descrito como *learning by doing*, leva as organizações a buscar eficiência dentro das limitações institucionais existentes.

Instituições ineficazes produzem organizações igualmente ineficientes, que, por sua vez, reproduzem comportamentos oportunistas, baixa produtividade e, em casos extremos, corrupção. Em contraste, instituições claras e previsíveis, com regras de propriedade e legislações de

falência, favorecem a inovação, o empreendedorismo e a circulação saudável de agentes econômicos.

Além disso, a percepção de justiça das instituições tem impacto direto no comportamento dos atores. Quando as regras são vistas como justas, há menor necessidade de precaução, o que reduz os custos de transação e incentiva a cooperação. Da mesma forma, instituições moldam o tipo de habilidades desenvolvidas em uma sociedade: se as regras incentivam a pirataria, indivíduos investem em habilidades extrativas; se a inovação é premiada, o aprendizado se orienta para atividades produtivas.

Portanto, para que a eficiência adaptativa se consolide as instituições precisam estimular comportamentos desejáveis, punir práticas disfuncionais e permitir a renovação organizacional. É dessa forma que se cria um ambiente institucional propício à aprendizagem, à evolução e à resiliência, elementos centrais para o desempenho econômico de longo prazo.

### **2.3 O Corredor Estreito e o papel da sociedade na limitação do Estado**

Um dos elementos centrais para o desenvolvimento institucional, especialmente em contextos de reconstrução pós-guerra, é a construção de um equilíbrio sustentável entre autoridade estatal e mobilização social. Para que um país possa garantir estabilidade e progresso, é necessário que o Estado seja suficientemente forte para prover segurança, assegurar os direitos de propriedade e coordenar ações coletivas. Ao mesmo tempo, esse poder precisa ser limitado por instituições e por uma sociedade civil ativa, capaz de frear sua atuação autoritária. Quando esse equilíbrio é atingido, os indivíduos podem empreender e desenvolver suas atividades com a confiança proporcionada pela segurança jurídica e pela previsibilidade das regras do jogo.

Acemoglu e Robinson (2019) denominam esse arranjo institucional de *Shackled Leviathan* (Leviatã Acorrentado), em contraste com seus opostos: o *Absent Leviathan*, quando o Estado é fraco ou inexistente e não consegue prover segurança ou direitos básicos; e o *Despotic Leviathan*, quando o Estado é excessivamente forte e suprime a sociedade. Segundo os autores, manter-se dentro do que chamam de *Corredor Estreito* exige um constante tensionamento entre poder e controle, isto é, entre a força estatal e a capacidade organizativa da sociedade.

A trajetória institucional de um país está fortemente vinculada a fatores econômicos, sociais e históricos. Um desses fatores é em qual setor o país desenvolve maior grau de especialização produtiva. Os autores argumentam que economias centradas no setor primário, como agricultura ou extração mineral, enfrentam maiores dificuldades para fomentar a organização dos trabalhadores e, por consequência, da sociedade civil. Em contrapartida, atividades do setor secundário, como industriais, costumam favorecer maior coordenação entre os trabalhadores, fortalecendo a capacidade de organização social.

A Coreia do Sul é apresentada como exemplo dessa dinâmica. Após a separação com a

Coreia do Norte, o país investiu massivamente em educação e tecnologia, promovendo a industrialização e o surgimento de grandes conglomerados (*chaebol*). Esse processo ocorreu em um ambiente em que, apesar da repressão, a sociedade civil permanecia relativamente ativa. Como destacam os autores:

But this development took place in a context where, in spite of systematic repression, the civil society that had flourished in the 1950s was still active and trade unions had already become organized in the course of the industrialization process. (Acemoglu e Robinson, 2019, p. 438)

No entanto, os autores também alertam que a industrialização, por si só, não garante o avanço institucional dentro do *Corredor Estreito*. Como ilustra o caso da China, é preciso que normas informais e estruturas sociais favoreçam a organização autônoma e a responsabilização do poder público.

Outro fator determinante é a capacidade do Estado em executar políticas públicas eficazes, sem se deixar capturar por interesses privados ou práticas corruptas. Nesse sentido, o fortalecimento do aparato burocrático é essencial. Como discutem Cheng, Haggard e Kang (1998), após o golpe militar de 1961, o governo sul-coreano implementou uma série de reformas administrativas que consolidaram a autoridade estatal. Com a criação do *Economic Planning Board* (EPB), o Estado coreano passou a coordenar, de forma integrada, o orçamento nacional, o planejamento estratégico e as políticas econômicas, contribuindo para a construção de uma base institucional sólida que favoreceu o crescimento econômico e a eficiência adaptativa.

## 2.4 Estrutura metodológica e estratégia comparativa

Este trabalho adota uma abordagem metodológica mista, articulando elementos qualitativos e quantitativos, com o objetivo de compreender como diferentes países responderam a choques históricos por meio de transformações institucionais. O foco está em identificar os mecanismos que favorecem ou comprometem a eficiência adaptativa, conforme definida ao longo do referencial teórico, e como esses mecanismos se refletem no desempenho econômico e institucional ao longo do tempo.

No eixo qualitativo, a análise se ancora na leitura crítica de estudos de caso e literatura especializada sobre reformas institucionais em contextos de reconstrução. Foram selecionadas fontes que descrevem com profundidade os processos de transição, os dilemas enfrentados por cada país, os padrões de coordenação estatal e a configuração dos incentivos dominantes em diferentes momentos históricos. O objetivo não é apenas descrever os eventos ocorridos, mas interpretar as condições institucionais que favoreceram (ou inibiram) a construção de arranjos mais flexíveis, eficazes e ajustados às demandas sociais e econômicas.

A vertente quantitativa se concentra na observação de dois tipos de indicadores. O primeiro diz respeito ao PIB per capita, utilizado como proxy para aferir, de forma comparável,

os resultados econômicos de longo prazo em diferentes trajetórias nacionais. O segundo é o pilar “Instituições” do índice *Global Competitiveness Index* (GCI), que sintetiza avaliações sobre a qualidade institucional dos países a partir de dimensões como governança, confiança social, independência do judiciário e eficiência regulatória. Esses indicadores não pretendem capturar toda a complexidade da eficiência adaptativa, mas oferecem uma referência empírica complementar à análise qualitativa dos casos.

A comparação entre países parte da observação de dois conjuntos distintos de experiências: por um lado, casos de sucesso na reconstrução institucional e econômica após grandes rupturas; por outro, trajetórias marcadas por estagnação ou retrocesso, mesmo após mudanças formais relevantes. Ao contrapor essas realidades, busca-se compreender quais fatores históricos, políticos e institucionais contribuem para diferentes níveis de eficiência adaptativa e de desempenho no longo prazo.

Essa seção, portanto, conclui o capítulo dedicado aos fundamentos teóricos e abre caminho para a análise empírica comparada do capítulo seguinte, onde tais conceitos são mobilizados para interpretar os fatores que moldaram trajetórias nacionais contrastantes.

Ainda que a abordagem comparativa proposta permita identificar padrões relevantes de reconstrução institucional, ela apresenta limitações inerentes. A opção por uma estratégia predominantemente qualitativa e teórica, com uso pontual de indicadores, implica que o estudo não busca estabelecer relações causais diretas, mas sim interpretar contextos complexos à luz de marcos analíticos previamente definidos. Além disso, os conceitos mobilizados, como eficiência adaptativa, *path dependence* e *Corredor Estreito*, são difíceis de operacionalizar em métricas objetivas, exigindo interpretações contextuais e juízo analítico. Essas escolhas metodológicas impõem restrições à generalização dos resultados, mas também possibilitam maior sensibilidade às especificidades históricas e institucionais dos casos examinados.

### **Capítulo 3 – Instituições em Contexto de Ruptura**

Este capítulo apresenta uma análise comparativa de países que passaram por colapsos institucionais ou processos de reconstrução profunda, com ênfase em como suas instituições influenciaram os resultados econômicos e sociais subsequentes. A partir da estrutura conceitual discutida no capítulo anterior, os estudos de caso selecionados ilustram trajetórias contrastantes de desenvolvimento.

A primeira parte do capítulo aborda dois casos emblemáticos de sucesso institucional e econômico: Japão e Alemanha, que conseguiram, após contextos de guerra, construir estruturas de governança que equilibraram poder estatal e participação social. Em seguida, a análise se volta aos países pós-comunistas, cujas experiências de transição variaram amplamente, mas em muitos casos resultaram em estagnação econômica, corrupção sistêmica e fragilidade institucional. Cada caso é explorado em profundidade, destacando os fatores históricos, políticos e institucionais que

contribuíram para o sucesso ou fracasso das reformas.

### **3.1 Casos de Sucesso: Japão e Alemanha**

Após discutirmos, no capítulo anterior, os desafios institucionais para o desenvolvimento e o modelo do *Corredor Estreito*, esta seção apresenta dois estudos de caso que ilustram trajetórias bem-sucedidas de reconstrução e fortalecimento estatal: Japão e Alemanha. Ambos enfrentaram colapsos econômicos e institucionais severos no contexto após a 2ª Guerra Mundial, mas conseguiram reconstruir suas economias e desenvolver instituições funcionais e responsivas. A análise a seguir busca identificar os fatores que contribuíram para esse êxito, relacionando-os à eficiência adaptativa e às formas como o Estado foi estruturado e limitado por mecanismos institucionais e sociais.

#### **3.1.1 Estudo de Caso: Japão e a Eficiência Adaptativa**

No capítulo “*Development State Evolving: Japan’s Graduation from a Middle Income Country*”, do livro *Developmental State Building*, Tetsuji Okazaki (2019) analisa a trajetória econômica do Japão entre os períodos pré e pós-guerra.

Entre 1870 e 1940, o país apresentou uma taxa média de crescimento do PIB per capita de 2,8% ao ano, elevando sua renda relativa para cerca de 42% da do Reino Unido. Com o impacto da Segunda Guerra Mundial, no entanto, o PIB per capita caiu de US\$ 2.659 (1944) para US\$ 1.346 (1945), retornando a níveis de país de baixa renda. Já em 1951, o Japão havia restaurado seu patamar de renda pré-guerra, com um crescimento médio anual de 9,9%. O desempenho econômico seguiu elevado nas décadas seguintes, com taxas próximas de 4,5% ao ano até o início dos anos 1990 (Ver Fig. 3.1 e Fig. 3.2). Segundo Okazaki, isso se deveu não apenas à reconstrução física ou à ajuda externa, mas a transformações estruturais internas: realocação de recursos do setor primário para os setores secundário e terciário, fortalecimento da indústria de máquinas e gradual substituição de setores menos produtivos, como o têxtil e o de mineração.

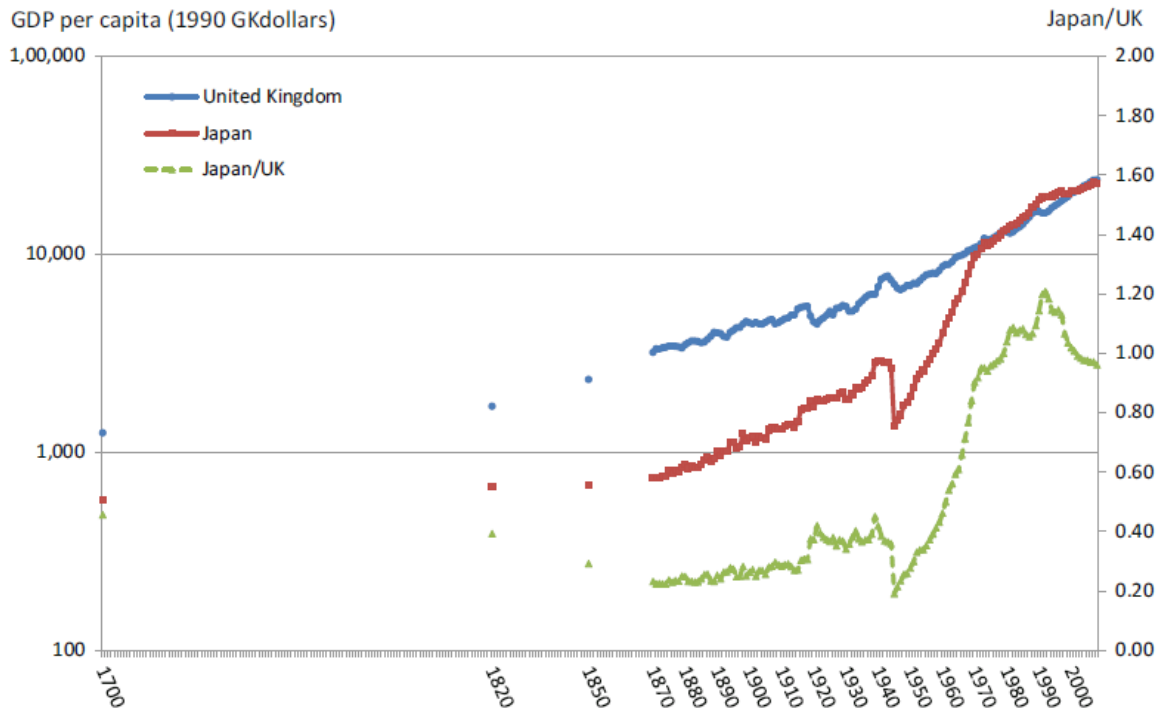


Fig. 3.1 - Trajetórias comparadas do PIB per capita (1870-2008)  
 Fonte: THE MADDISON-PROJECT, 2013. Extraída de OKAZAKI, 2019

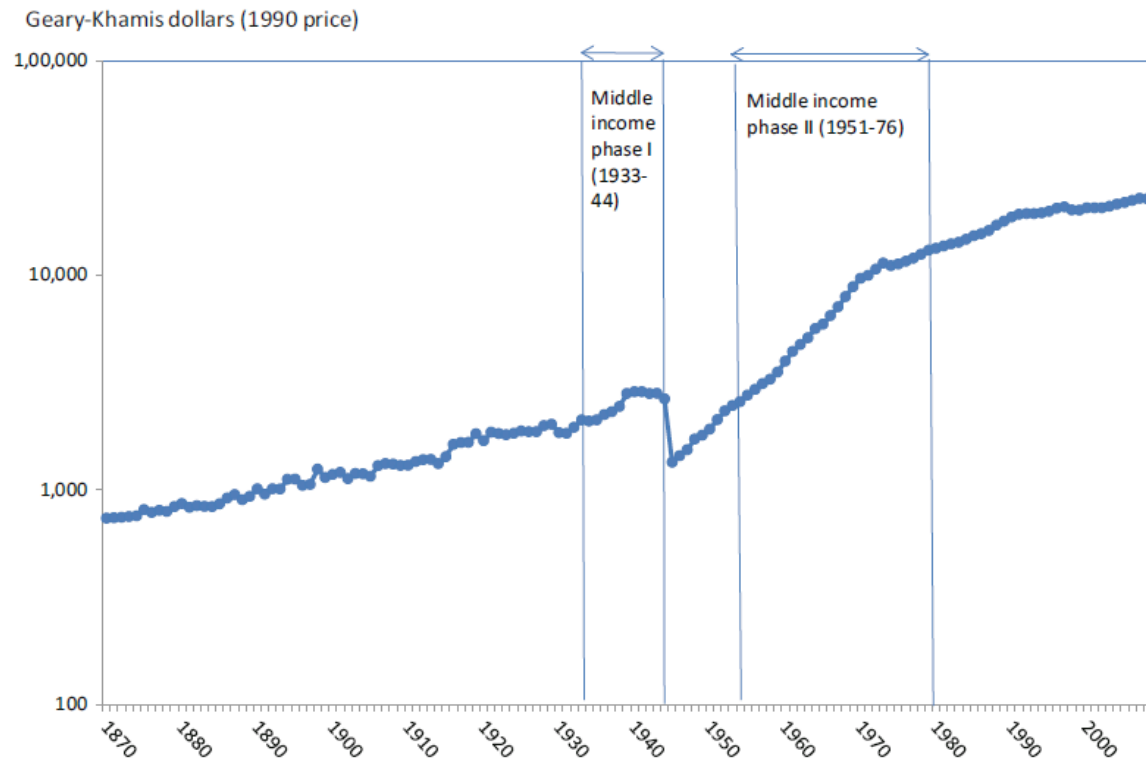


Fig 3.2 - Fases de renda média no crescimento econômico japonês  
 Fonte: THE MADDISON-PROJECT, 2013. Extraída de OKAZAKI, 2019

Nesse contexto, o *Ministry of International Trade and Industry* (MITI) exerceu papel central na condução da política industrial. Criado em 1949, o MITI liderou o processo de racionalização produtiva, articulando medidas de modernização, ganho de escala e fortalecimento de setores estratégicos. Para viabilizar esse processo, foram adotadas três medidas centrais. A primeira foi a criação do *Japan Development Bank* (JDB), em 1951, para oferecer crédito de longo prazo voltado à reconstrução, com fundos do sistema de poupança postal. A segunda medida consistiu em incentivos fiscais via depreciação acelerada, permitindo que empresas amortizassem até metade do valor de equipamentos no primeiro ano, o que reduzia restrições de liquidez e incentivava a modernização. A terceira foi o sistema de alocação de divisas estrangeiras, que concentrava a receita cambial no governo e a redistribuía segundo critérios estratégicos definidos pelo MITI, mecanismo usado tanto para proteger setores nacionais quanto para premiar empresas com bom desempenho exportador.

As indústrias de base, como carvão, ferro e aço, foram priorizadas nessa racionalização por serem essenciais à cadeia produtiva. O carvão, por exemplo, representava parcela significativa do custo de produção do aço, e seu preço interno era muito superior ao internacional. Por isso, esses setores receberam crédito facilitado e prioridade na alocação de divisas. Entre os segmentos industriais, o setor automobilístico teve atenção especial por seu potencial de crescimento. O MITI incentivou montadoras a absorverem tecnologias estrangeiras, canalizou investimentos externos para o setor e flexibilizou regras como as leis antitruste. Embora uma proposta de fusão forçada entre montadoras tenha sido rejeitada, o governo manteve políticas de incentivo e proteção, demonstrando pragmatismo institucional: combinava metas de desempenho com flexibilidade na condução das políticas.

A racionalização da indústria automobilística visava concentrar o número de montadoras, ampliando a escala de produção e a competitividade internacional das empresas remanescentes. Embora o plano de fusões não tenha sido bem aceito e tenha sido descontinuado, o governo manteve políticas de incentivo e proteção ao setor, com o objetivo de prepará-lo gradualmente para competir em nível global. O caso ilustra como o Estado japonês combinou proteção estratégica com metas de desempenho, adotando um pragmatismo institucional — isto é, uma postura em que as instituições públicas, em vez de se apoiarem em coerção ou controle autoritário direto, conduziam políticas de forma flexível, responsiva aos resultados e aberta à revisão conforme a conjuntura. Essa abordagem refletia a capacidade de coordenar objetivos estratégicos sem eliminar o espaço para ajustes e aprendizado institucional, característica central da lógica de eficiência adaptativa.

Com o tempo, o Japão passou a enfrentar pressões internas e externas por maior abertura comercial. A partir de 1960, sob influência do FMI, o MITI iniciou um plano de liberalização gradual, estruturado em quatro etapas, conforme a importância estratégica de cada setor. Produtos como o carvão, fundamentais para a indústria, ficaram entre os últimos a serem liberalizados. Desde 1955, o MITI já havia aprovado um arcabouço legal para reestruturar o setor carbonífero,

incluindo planos de longo prazo e a criação de uma agência responsável por encerrar minas ineficientes com compensação aos trabalhadores. Houve ganhos iniciais em produtividade e manutenção do emprego, mas o MITI superestimou o potencial de longo prazo do setor, mantendo investimentos até o fim da década de 1960, o que retardou a transição energética. A correção de rumo veio por meio de críticas internas e pressões internacionais, demonstrando a capacidade de aprendizado institucional mesmo em contextos de forte coordenação estatal, como observa-se no gráfico da Fig 3.3.

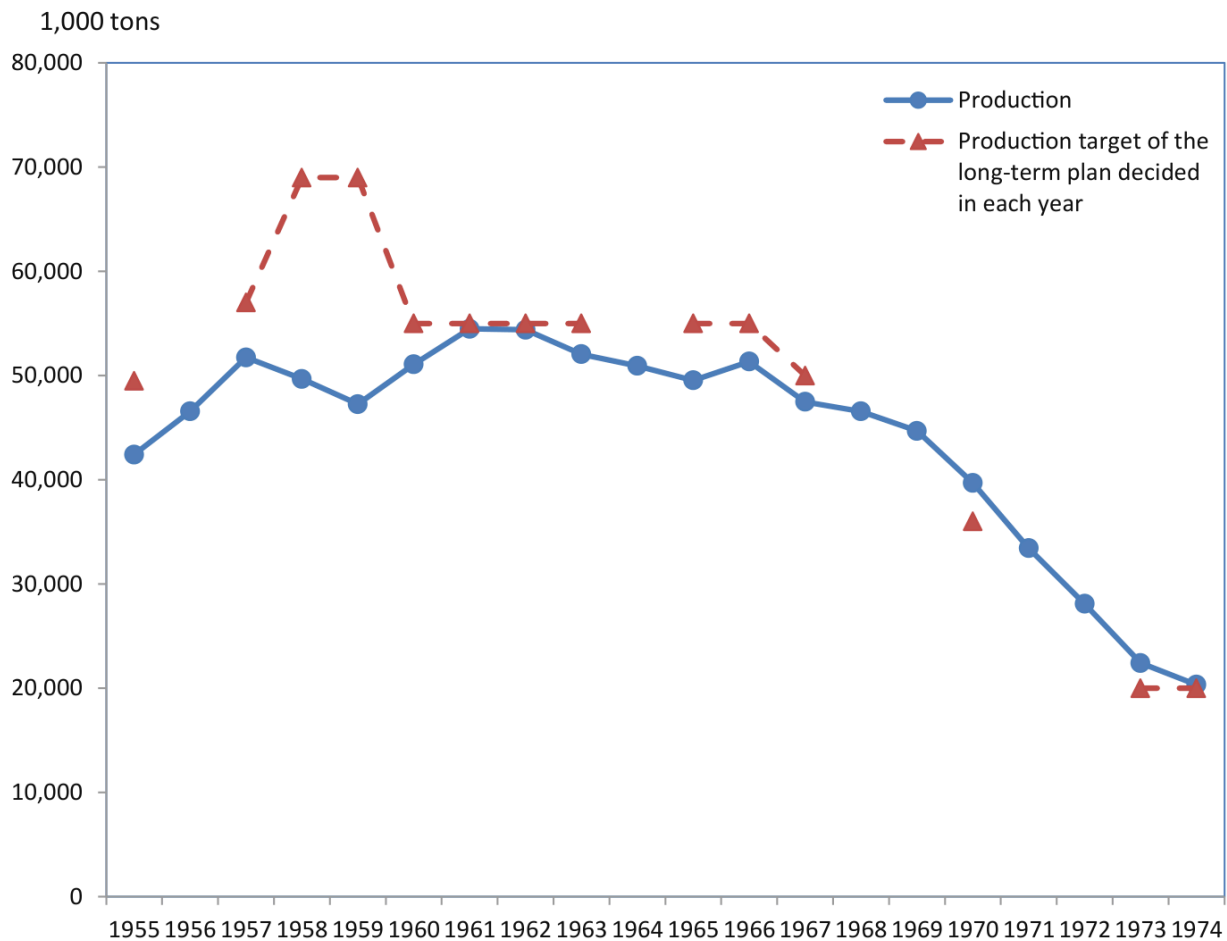


Fig. 3.3 - Metas e produção real de carvão no Japão

Fonte: TOYO KEIZAI SHINPO SHA, 1991; CORPORATION FOR RATIONALIZATION OF COAL MINING INDUSTRY, 1976. Extraída de OKAZAKI, 2019.

Esse episódio evidencia a capacidade adaptativa do modelo japonês de coordenação estatal, que, mesmo operando com forte intervenção e autonomia, mostrou-se sensível ao feedback político, econômico e social, ajustando suas políticas conforme as circunstâncias. Esse equilíbrio entre estabilidade institucional e flexibilidade adaptativa está alinhado ao que Bednar (2018) define como essencial para o desenho institucional robusto: a combinação de rigidez suficiente para estabilizar expectativas e flexibilidade para incorporar mudanças em cenários dinâmicos.

A decisão de persistir no apoio ao setor carbonífero, apesar de sua baixa competitividade, foi um erro político-institucional derivado de projeções excessivamente otimistas. A reversão dessa política se deu por mecanismos internos do próprio sistema (a pressão de setores produtivos afetados e o crescente incômodo de uma parcela da sociedade japonesa com o atraso na modernização energética) e a atuação de organismos internacionais como o FMI. Isso demonstra que, mesmo sem uma sociedade civil amplamente organizada, o arranjo institucional japonês era suficientemente flexível para permitir ajustes incrementais, preservar a legitimidade do Estado e abrir espaço para uma participação social mais ativa, um sinal de progresso rumo à lógica do *Corredor Estreito*, em que o Estado é limitado por uma sociedade cada vez mais capaz de se mobilizar e demandar mudanças.

O aparato institucional japonês do pós-guerra permitiu tanto a atuação autônoma do MITI quanto a incorporação de feedbacks que ajustaram o rumo das políticas públicas. Como ressalta Okazaki, os resultados positivos da política industrial japonesa decorreram não apenas da ação do Estado, mas de uma estrutura institucional que viabilizava coordenação, aprendizado contínuo e correção de trajetória, que são elementos centrais da noção de eficiência adaptativa.

Além da política industrial articulada pelo MITI, a construção institucional do Japão no pós-guerra também foi fortemente marcada pela intervenção americana, que teve papel decisivo na reorganização do aparato estatal. Conforme analisado por Acemoglu e Robinson no livro *The Narrow Corridor*, o Japão no início do século XX era governado por uma elite burocrático-militar centralizadora, com alto grau de autoritarismo. Com a derrota na Segunda Guerra, o colapso dessa estrutura criou uma oportunidade para reconfigurar o Estado japonês dentro de um novo marco institucional. A ocupação americana, liderada pelo general Douglas MacArthur, promoveu reformas profundas nas instituições formais, com o objetivo de impedir a retomada de um Leviatã Despótico. Uma das estratégias foi dissociar a figura do imperador do aparato militar, preservando sua autoridade simbólica, mas retirando-lhe o poder político direto, estratégia considerada essencial para evitar o colapso da coesão social japonesa naquele momento.

Essa abordagem reformista evitou a substituição completa das instituições herdadas, optando por uma transformação gradual, preservando elementos informais que mantinham a estabilidade da sociedade japonesa. Um caso emblemático foi o perdão a figuras-chave do antigo regime, como Nobusuke Kishi, que viria a ocupar o cargo de primeiro-ministro nos anos 1950 e contribuir para a fundação do Partido Liberal Democrático, partido dominante na política japonesa por décadas. Apesar da ambiguidade moral, essa continuidade institucional facilitou a adaptação das elites à nova ordem democrática e capitalista, evitando rupturas que poderiam comprometer a governabilidade.

Sob essa ótica, o caso japonês representa uma forma de transição institucional baseada na eficiência adaptativa. Em vez de uma mobilização social intensa para controlar o poder estatal (como exige o conceito de *Corredor Estreito*), o papel de contenção e reorganização foi assumido

por uma potência externa. O novo arranjo institucional japonês emergiu de uma combinação entre legado autoritário (preservado em parte), reformas legais orientadas à democracia e uma burocracia profissionalizada, característica do *Iron Cage* — uma jaula institucional formada por regras impessoais e estruturas rígidas, mas que ainda assim garante previsibilidade, coordenação e estabilidade.

Essa leitura é corroborada por Witt (2014) no capítulo “*Japan: Coordinated Capitalism Between Institutional Change and Structural Inertia*”, ao mostrar como o modelo japonês de capitalismo coordenado preserva vínculos entre Estado, empresas e instituições financeiras. Mesmo com reformas ao longo das décadas, práticas informais herdadas do período pré-guerra (como emprego vitalício, promoções por senioridade e associações industriais fortes) permanecem, indicando uma inércia estrutural que, paradoxalmente, contribuiu para a estabilidade institucional. Essa inércia não impediu a inovação, mas moldou os caminhos possíveis para ela, oferecendo um bom exemplo de como instituições legadas podem ser reinterpretadas de forma produtiva.

Ao contrário de um modelo estatal centralizador clássico, o aparato institucional japonês permitiu que decisões fossem moldadas conforme os resultados observados, como no caso da política para o carvão, que foi revista diante da obsolescência do setor. O MITI, embora dotado de poder significativo, não agia isoladamente, mas operava dentro de um sistema de contrapesos informais, negociação com o setor privado e ajustes conforme a conjuntura econômica e internacional. Essa forma de operar reflete a eficiência adaptativa das instituições japonesas: elas não apenas sustentaram a ação estatal coordenada, como também criaram mecanismos para corrigir trajetórias, incorporar feedbacks e reavaliar prioridades, tudo isso sem ruptura institucional.

### **3.1.2 O Caso da Alemanha: Colapso e Reconstrução Institucional**

A Alemanha representa um dos casos mais emblemáticos de colapso institucional seguido por reconstrução bem-sucedida. O caso da Alemanha é, talvez, um dos mais instigantes analisados por Acemoglu e Robinson, pois envolve não apenas o contexto pós-Segunda Guerra, mas também o período entre guerras. Esse intervalo é particularmente relevante para compreender os fatores que conduziram o país à Segunda Guerra, o surgimento do regime nazista e as instituições que se formaram posteriormente. Ao analisar essa trajetória, é possível identificar os elementos que permitiram à Alemanha Ocidental retornar ao *Corredor Estreito* após 1945, estabelecendo uma democracia funcional baseada em aprendizado institucional, cooperação social e comprometimento com regras multilaterais.

A saída da Alemanha da 1ª Guerra é sucedida pela renúncia do Kaiser Wilhelm II e seu exílio, dando início a um período conhecido como República de Weimar. Esse período tem um início conturbado, no qual a população (insatisfeita com as lideranças que assumem após a abdicação do Kaiser) começa a se mobilizar e a se organizar. Dessa forma, começam a aparecer

inúmeras associações populares, que demandavam mais poder, mais direitos e representação política. Essas reivindicações populares tiveram efeito na elaboração de uma constituinte em janeiro de 1919 e também nas eleições subsequentes.

O conceito de *Red Queen*, discutido por Acemoglu e Robinson, descreve uma lógica em que forças opositoras se fortalecem mutuamente em busca de equilíbrio político. No contexto da República de Weimar, esse fenômeno pôde ser observado na reação das antigas elites ao avanço do movimento popular liderado pelo Partido Social Democrata: elas passaram a buscar representação no novo sistema e mobilizaram forças paramilitares. Embora isso tenha inicialmente favorecido avanços democráticos, a ausência de freios institucionais robustos impediu que o equilíbrio se consolidasse de maneira estável, o que contribuiu para uma trajetória de crescente polarização e instabilidade.

As elites alemãs nunca se conformaram com a República de Weimar, atribuindo-a ao fracasso da guerra. Isso fazia com que a todo momento tentassem uma volta à monarquia e a supressões violentas contra qualquer manifestação contrária, fosse por associações trabalhistas, ou por revoltosos comunistas. O país tornou-se um conjunto fragmentado de associações que operavam em isolamento, o que impossibilitou a construção de uma agenda comum e comprometeu a governança compartilhada, condição essencial para evitar a erosão do *Corredor Estreito*.

Em vez de promover uma cooperação institucional, os diferentes grupos políticos e sociais passaram a atuar de forma cada vez mais antagônica, onde a competição não visava o fortalecimento do Estado, mas sim o enfraquecimento dos oponentes. Nesse cenário, a dinâmica da *Red Queen* acabou saindo do controle: as instituições não se adaptaram no ritmo da mobilização social, falharam em conter os conflitos crescentes e contribuíram para uma polarização ainda maior.

Havia muitos grupos políticos diferentes representados no parlamento e, seus objetivos eram consideravelmente distintos, de modo que praticamente nenhum deles respeitava plenamente as instituições vigentes, além de não terem a maioria necessária para aprovação de medidas. Esse clima hostil entre os grupos políticos resultou na proliferação de inúmeros grupos paramilitares, que defendiam interesses divergentes, e em tentativas constantes de utilização dos poderes emergenciais previstos na Constituição para situações extraordinárias.

Até o final da década de 1920, o Partido Nazista era pouco expressivo, mas a crise de 1929 e seus efeitos devastadores (como a queda de quase 40% do PIB e o desemprego de 44% em 1932) criaram um ambiente de desilusão e instabilidade que favoreceu sua ascensão. A crescente paralisia institucional nos anos seguintes, marcada por sucessivas dissoluções do parlamento e tentativas de golpe, culminou na nomeação de Hitler como chanceler em 1933. A partir daí, com o *Reichstag Fire Decree*, o regime suprimiu liberdades civis e desmantelou os freios institucionais e sociais, consolidando um Leviatã Despótico. O caso alemão ilustra como a

ausência de controle social pode levar à instrumentalização das instituições para fins autoritários, como no uso de estruturas burocráticas (exemplificado pela *one stop shop* de 1938) para a perseguição e expulsão de judeus. Esse período revela como a eficiência institucional, sem accountability, pode ser convertida em instrumento de opressão e violência estatal.

No livro, os autores explicam que os fatores que levaram a Alemanha de volta ao *Corredor Estreito* após a Segunda Guerra Mundial foram tanto exógenos quanto endógenos. Entre os fatores exógenos, destaca-se a ajuda internacional (sobretudo dos Estados Unidos) e a própria derrota total na guerra, que teve um papel decisivo. Isso porque, caso a Alemanha tivesse saído apenas parcialmente derrotada, o regime totalitário ainda poderia ter mantido força suficiente para se sustentar. Já entre os fatores endógenos, o destaque vai para elementos herdados de períodos anteriores, como a República de Weimar, que permaneceram presentes mesmo após dezesseis anos de autoritarismo. Esses fatores (em sua maioria associados às instituições informais) incluem a mobilização social, a memória institucional, a expectativa de responsabilização das elites e a capacidade técnica acumulada no aparato burocrático. Foram esses elementos, ainda latentes na sociedade, que puderam ser resgatados e mobilizados no processo de reconstrução democrática.

Enquanto após a Primeira Guerra Mundial as elites alemãs se ressentiam amargamente da derrota e do Tratado de Versalhes, ao final da Segunda Guerra houve, por parte da população em geral, uma aceitação mais ampla do desfecho do conflito. Isso facilitou a colaboração internacional voltada à reconstrução da parcela ocidental do país. Em *“The German Problem Transformed”*, Thomas Banchoff (1999) argumenta que, em busca de segurança e recuperação econômica, a Alemanha Ocidental moldou sua política externa por meio de uma integração deliberada em estruturas multilaterais, como a OTAN e a Comunidade Econômica Europeia. Esse compromisso com o multilateralismo foi sustentado por um consenso político interno, que reconhecia a importância das instituições internacionais para a estabilidade e prosperidade do país. Ademais, o trauma causado pelo regime nazista gerou um compromisso coletivo com instituições democráticas que evitassem o retorno de um Estado totalitário. Essa consciência histórica facilitou a mobilização social em favor de uma democracia mais robusta e participativa.

No campo econômico, a Alemanha Ocidental promoveu reformas estruturais que ampliaram a liberalização dos mercados e garantiram a estabilidade monetária. Em *“West German Growth and Institutions”*, Wendy Carlin (1994) mostra como a introdução do Marco alemão e a política de preços livres incentivaram a produtividade e o investimento. Além disso, ao contrário do que ocorreu na República de Weimar, o país passou a exercer maior controle sobre a dinâmica da *Red Queen*: com maior cooperação entre diferentes setores sociais e avanços significativos na institucionalização do diálogo entre empregadores e empregados, impulsionados por mecanismos como a descentralização e a co-determinação nas empresas.

Assim como no caso japonês, o sucesso da reconstrução institucional alemã não se deve apenas à imposição de reformas formais, mas à ativação de capacidades sociais latentes, como a

memória institucional da República de Weimar, a mobilização cívica e a valorização da democracia. Esses elementos foram catalisados por fatores externos, mas contaram com base interna para produzir uma nova configuração institucional mais estável. O contraste entre o colapso da República de Weimar e o sucesso da Alemanha Ocidental após 1945 evidencia o papel decisivo de instituições informais, cooperação social e aprendizado histórico na construção de um Estado moderno funcional.

### **3.2 A Transição Pós-Comunista**

Assim como instituições eficientes e adaptativas foram fundamentais para a recuperação econômica do Japão no pós-guerra, países com instituições frágeis, disfuncionais e pouco responsivas às mudanças enfrentaram trajetórias muito mais turbulentas, frequentemente marcadas por recessões prolongadas e crises financeiras. O caso analisado nesta seção é o colapso da União Soviética. Ainda que não tenha resultado de um conflito bélico direto, a dissolução da URSS deixou os países que dela emergiram em condições econômicas e sociais tão devastadoras quanto as de uma guerra. Apesar das singularidades nacionais, o contexto de transição compartilhado permite uma análise geral inicial, seguida do exame de casos específicos que ilustram melhor suas particularidades institucionais.

Embora a ocupação soviética e a forte influência político-econômica da URSS não tenham sido suficientes para transformar completamente as instituições pré-existentes dos países do Leste Europeu, seu caráter duradouro e a relativa homogeneidade ideológica dos regimes implantados podem ter contribuído para certo grau de convergência institucional, inclusive no aspecto informal. No entanto, essa aproximação não foi uniforme nem completa, como indicam as trajetórias divergentes observadas após o colapso da União Soviética e os conflitos internos que marcaram países como a ex-Iugoslávia.

A seção se baseia em três artigos que abordam os países pós-comunistas sob diferentes perspectivas, oferecendo um contraexemplo ao sucesso japonês ao explorar as causas institucionais do fracasso na recuperação econômica após um colapso estrutural. Ao final, são analisados dois casos com destaque nas obras consultadas (Sérvia e Rússia), cuja trajetória institucional revela padrões importantes de disfunção e *path dependence*.

#### **3.2.1 Capitalismo Selvagem, Corrupção Sistêmica e Capture of State**

O artigo *Persistent Economic Divergence and Institutional Dysfunction in Post-Communist Economies: An Alternative Synthesis* (Upchurch, 2012) destaca as dificuldades enfrentadas pelos países pós-comunistas na reconstrução de suas economias após o colapso da URSS, com ênfase na disfuncionalidade institucional persistente. Essa disfunção é caracterizada por formas ineficientes de regulação de mercado, ampla incidência de trabalho informal ou ilegal, fragilidade do Estado de Direito e alta ocorrência de corrupção e criminalidade.

Segundo o autor, a combinação entre a abertura repentina dos mercados, a dependência de baixos salários e de condições precárias de trabalho para manter alguma competitividade internacional, além da retirada do antigo controle centralizado do Estado sobre a produção industrial, criou um ambiente propício ao rent-seeking. Indivíduos bem posicionados politicamente passaram a se beneficiar pessoalmente das brechas e oportunidades geradas por esse novo arranjo desregulado.

Como consequência, houve a proliferação da economia informal, o fortalecimento de práticas mafiosas e o enfraquecimento das normas éticas e dos padrões de governança empresarial. Essa trajetória ilustra um caso em que a destruição das estruturas institucionais antigas, desencadeada pelo colapso do regime soviético, não foi acompanhada por um processo de renovação criativa ou inovação institucional. À luz da ideia de destruição criativa proposta por Schumpeter (1942), observa-se que, embora tenha ocorrido uma ruptura profunda, ela resultou apenas em desorganização e retrocesso, evidenciando que a quebra de um sistema obsoleto, por si só, não garante avanços institucionais quando não há coordenação para a construção de novos arranjos funcionais.

O processo pelo qual esses países passaram (migrando de um sistema autoritário e de economia planejada para um sistema desregulado e com liberalização econômica) foi conduzido de maneira desordenada. As elites se apropriaram do poder político e não foram estabelecidas garantias regulatórias que normalmente evitariam falhas de mercado, resultando nos cenários descritos anteriormente. De modo geral, as elites corporativas tomaram a dianteira em termos de mobilização política, em comparação às mobilizações sociais, ocupando o vácuo deixado pela queda do regime autoritário da URSS.

Essa disparidade de poder, somada à herança de práticas do período anterior, em muitos casos resultou em traços dominantes de administração corrupta. As elites que se apropriaram do poder buscaram então formas de manter ou aumentar seus ganhos e privilégios, instaurando instituições que incentivam o *rent-seeking*. A dominância dessas oligarquias gerou um ecossistema financeiro pernicioso e ineficiente, com diversas barreiras à entrada de novas empresas, grande evasão de divisas e perpetuação de dinastias amparadas por instrumentos legais. Esse fenômeno é denominado pelo autor como *state capture*.

Upchurch ainda argumenta que a corrupção não é apenas um legado herdado, mas decorre das interações entre fatores estruturais e os próprios agentes sociais. Mesmo com um legado institucional ruim, as sociedades poderiam ter reagido melhor caso houvesse uma organização coletiva mais robusta. Nesse sentido, as organizações da sociedade civil podem exercer um papel decisivo tanto no agravamento quanto na resolução de deficiências como a corrupção, a pobreza e a instabilidade institucional. Assim, o desenvolvimento institucional depende não apenas de bons governos, mas também de organizações sociais com capacidade de ação coletiva.

O artigo dá destaque à noção de *wild capitalism*, uma forma desregulada e caótica de

economia de mercado que emergiu em muitos países pós-comunistas após o colapso da URSS, sintetizando justamente as características discutidas ao longo do texto. O autor conclui que a crença de que reformas institucionais sucessivas levariam esses países naturalmente à convergência econômica com o Ocidente trata-se de uma ilusão liberal, desconectada da realidade local. Reformas repetidas, sem rupturas estruturais mais profundas, apenas reforçaram os padrões de disfunção existentes, o que se alinha com a ideia de que é necessário um rompimento institucional significativo para escapar do *path dependence*.

Esse quadro de fragmentação institucional e ausência de mecanismos colaborativos entre diferentes centros de poder se distancia do ideal de governança policêntrica, como proposto por Ostrom (2010), onde múltiplos centros decisórios atuam de forma coordenada para enfrentar problemas coletivos. No caso dos países analisados, o que se observa é justamente uma desarticulação entre os níveis de poder e uma dinâmica centrada no *rent-seeking*, o que compromete a construção de resiliência institucional.

Uma das alternativas apontadas na obra, que poderiam ter evitado os problemas destacados, seria a realização gradual das privatizações, com reconhecimento das particularidades de cada país e com suporte institucional (incluindo capital político e social) necessário à realização dessas reformas (Stiglitz, 1999). Nessa mesma linha, Upchurch apresenta o argumento de que a função do capital social é reduzir os custos de transação associados aos mecanismos de coordenação formal, como contratos, hierarquias e burocracias (Fukuyama, 1999), o que se aproxima das ideias de North sobre redução dos custos de transação. As mudanças institucionais naturalmente reagem a estímulos e se adequam às necessidades sociais; porém, quando realizadas de forma abrupta, tendem a gerar disfunções e ineficiências.

### **3.2.2 Determinantes Institucionais do Desempenho**

O artigo *Efficiency of Institutional Transformations in Post-Communist Countries* (Hrazhevskaya, Petrovsky, Demydiuk, 2017) amplia a análise do desempenho dos países pós-comunistas durante o período de transição. Uma das principais conclusões do estudo é que o fator institucional foi decisivo para a eficácia das transformações econômicas. Os países mais bem-sucedidos do bloco se destacaram por apresentar maior compatibilidade entre o ambiente institucional estabelecido e a lógica de funcionamento das economias de mercado. Em outras palavras, foram os que melhor conseguiram se desvencilhar das inconsistências e da rigidez herdadas do modelo soviético.

Assim como no texto de Upchurch, os autores argumentam que o objetivo central da transformação era integrar essas economias ao mercado internacional, promovendo liberalização e abertura comercial. No entanto, as empresas que substituíram as entidades públicas do regime anterior muitas vezes não conseguiram operar com eficiência, reproduzindo distorções herdadas e criando novos entraves ao funcionamento dos mercados.

Nesse contexto, os sistemas institucionais dos países pós-comunistas acabaram por combinar elementos herdados do antigo regime com instituições de mercado recém-estabelecidas. Essa combinação (por vezes conflitua) gerou estruturas institucionais híbridas, nas quais diferentes regras formais e informais interagem e moldam uma ampla variedade de trajetórias possíveis de desenvolvimento econômico.

O artigo destaca ainda a obra *Post-Soviet Institutionalism* (Nureyev & Dementiev, 2005), que aprofunda a análise dos desafios institucionais enfrentados no período pós-comunista. O livro examina o papel dos determinantes institucionais no crescimento econômico, a incompatibilidade entre as estruturas econômicas e o arcabouço institucional herdado, os obstáculos à construção de um mercado competitivo e a persistência de uma “mentalidade econômica” típica do período soviético, considerada uma forma relevante de instituição informal nesses contextos.

### **3.2.3 Condições Pré-Existentes e Padrões de Rentismo**

O artigo *Communist and Post-Communist States, and Path Dependent Political Economy* (Robinson, 2003) analisa os países pós-comunistas sob a ótica da economia política e do *path dependence*. O autor diferencia os países da Europa Central e Oriental (*Europa Central e Oriental* - CEE) daqueles formados a partir da União Soviética, organizados na Comunidade dos Estados Independentes (*Commonwealth of Independent States* - CIS), ressaltando como certas particularidades estruturais e históricas influenciaram os rumos da transição política e econômica. Um dos principais argumentos do artigo é que a forma de Estado resultante da interação entre o sistema comunista e a economia internacional (ainda antes do colapso) foi determinante para o êxito ou fracasso das reformas.

Segundo Robinson, algumas configurações estatais criaram condições mais receptivas à introdução de mecanismos de mercado, especialmente devido à maior integração internacional, uma condição mais presente na CEE do que nos países da CIS. Já onde o Estado evoluiu mais lentamente e permaneceu mais isolado, como em grande parte da ex-URSS, as reformas foram mais turbulentas. Nesses contextos, a ausência de pressões reformistas e de diversificação econômica permitiu maior persistência das instituições do antigo regime, em detrimento do pluralismo político e da abertura de mercado.

O autor classifica os Estados conforme sua principal fonte de receita em três categorias: (i) Estado de Propriedade, cuja arrecadação vem de empresas estatais, com alta autonomia, mas baixa eficiência; (ii) Estado Rentista, cuja receita provém de fontes externas, como exportações de recursos naturais; e (iii) Estado Tributário, sustentado por impostos sobre a atividade econômica privada, modelo considerado ideal para um Estado moderno.

O planejamento central soviético era um exemplo de Estado de Propriedade, no qual o Estado detinha os meios de produção e se financiava por meio dos lucros dessas empresas. Com o tempo, esse modelo tornou-se insustentável, agravando problemas de lealdade política, escassez

de investimentos e rigidez econômica. A superação desse modelo exigia a transição para um Estado Tributário, sustentado por uma economia descentralizada e dinâmica.

Robinson argumenta que o êxito na transição para um Estado moderno não depende apenas das reformas pós-comunistas, mas das condições estruturais existentes antes do colapso do regime soviético. Nos países da CEE, por exemplo, a crescente interação com a economia internacional, a diversificação produtiva e o enfraquecimento do controle estatal centralizado, ao longo dos anos, criaram um ambiente mais propício à introdução de mecanismos de mercado e à emergência de um Estado Tributário. Já nas repúblicas da CIS, onde predominou um modelo de rentismo autoritário (marcado pela concentração econômica em recursos naturais, isolamento externo e uso patrimonialista do poder) essas transformações foram severamente dificultadas. Nesses contextos, a continuidade de elites políticas e econômicas vinculadas ao antigo regime bloqueou avanços rumo a maior descentralização e *accountability* institucional.

O rentismo ganhou força à medida que a influência direta da URSS diminuía, sendo alimentado por mecanismos como ajuda internacional seletiva, comércio controlado e exportações de recursos estratégicos. Na CEE, maior inserção internacional e diversificação produtiva ampliaram a pressão por reformas e enfraqueceram o controle central. Já nos países da CIS, o isolamento econômico e a concentração produtiva em setores como energia contribuíram para o aprofundamento do rentismo e do patrimonialismo, entendido como o uso de recursos públicos para manter lealdades pessoais. Esse arranjo reforçou elites políticas desconectadas da sociedade e favoreceu práticas de corrupção.

Em resumo, a forma como essas estruturas estatais evoluíram influenciou decisivamente os rumos das reformas: enquanto os países da CEE avançaram na direção de um Estado tributário e de instituições democráticas mais consolidadas, os países da CIS enfrentaram maior continuidade autoritária e dificuldades na construção de um modelo institucional eficiente.

### **3.2.4 Estudo de Caso: A Sérvia e a Persistência do Patrimonialismo**

A Sérvia é mencionada diversas vezes no texto de Upchurch, com destaque para aspectos políticos, econômicos e sociais que a posicionam como um dos países com pior desempenho durante o período de transição. A partir dessas referências, é possível identificar as características específicas que contribuíram para esse resultado negativo.

Em 1989, com o colapso do socialismo, os países da região iniciaram de forma definitiva seu processo de transição para o capitalismo. Nesse contexto, o autor destaca o fraco desempenho da Sérvia e da Ucrânia, que, mesmo após 20 anos, ainda operavam com apenas cerca de 70% do nível de produção registrado em 1989, um forte indício de ineficiência persistente ao longo do processo.

Outro ponto crítico observado na Sérvia foi o alto grau de corrupção. Apesar de haver

esforços declarados para conter práticas ilícitas, as ações do Estado mostravam-se lentas e limitadas. Em 2007, por exemplo, a Sérvia ocupava a 85ª posição entre 180 países no Índice de Percepção da Corrupção da Transparência Internacional, com uma pontuação de 3,4. Essa fragilidade institucional também se refletia no indicador de *Rule of Law* do Banco Mundial (que mede a confiança nas instituições legais e na capacidade do Estado de garantir a segurança jurídica) em que a Sérvia obteve, em 2008, um score negativo de -0,46, o pior entre os países da antiga Iugoslávia.

Adicionalmente, o país passou por um processo de captura interna do poder econômico. Cargos de presidência e direção das empresas estatais eram distribuídos entre membros dos partidos da coalizão governante segundo um sistema de cotas político-partidárias, como se fossem propriedade dos próprios partidos (Pesić, 2007). Essa prática caracteriza um caso evidente de *state capture*, revelando que a transição econômica não rompeu com o patrimonialismo herdado, mas ao contrário, o reforçou.

Sob a ótica das instituições informais, o texto ainda destaca a naturalização do suborno como mecanismo funcional para contornar a ineficiência estatal. Na Sérvia, a prática de pagar propinas é amplamente tolerada e frequentemente vista pela sociedade como um mecanismo funcional para contornar obstáculos administrativos, sobretudo diante de um Estado omissivo ou corrompido. Esse padrão comportamental pode ser interpretado à luz do argumento de North, segundo o qual os agentes moldam suas ações com base nos incentivos vigentes, adaptando-se ao funcionamento real das instituições formais e informais. No caso sérvio, o ambiente institucional disfuncional não apenas falha em coibir práticas oportunistas, como também reforça sua legitimidade social. Isso contribui para um ciclo persistente de ineficiência e corrupção, no qual as tentativas de reforma esbarram em normas enraizadas que desestimulam a cooperação e a confiança no aparato estatal.

### **3.2.5 Estudo de Caso: Rússia e o Retorno ao Leviatã Despótico**

Robinson explica que, diante da forte inércia institucional, da resistência do sistema a mudanças e da ausência de pressão social significativa, os incentivos predominantes na Rússia após o colapso soviético eram voltados à continuidade, não à reforma. Ainda assim, em 1992, o governo Yeltsin promoveu uma tentativa acelerada de transição para a economia de mercado, motivada menos por convicção reformista e mais pela fragilidade política do próprio governo diante das forças econômicas internas. Tratava-se de uma tentativa de enfraquecer antigos gestores da economia planificada e reconectar a Rússia ao mercado global. No entanto, a falta de apoio social e político fez com que a reforma fracassasse. O governo acabou se reconciliando com parte da elite econômica e transferiu a ela o controle de recursos estratégicos, como os setores de energia, dando origem ao grupo dos oligarcas.

Como destaca Robinson, ao contrário dos países da Europa Central e Oriental (CEE), a Rússia — assim como outras repúblicas da Comunidade dos Estados Independentes (CIS) — não

esteve sujeita às condicionalidades da União Europeia ou do FMI, já que sua importância geopolítica lhe garantiu acesso a recursos internacionais mesmo sem a implementação de reformas estruturais.

A herança institucional soviética afetou a Rússia de forma mais profunda que outros países da CIS, impedindo o desenvolvimento da eficiência adaptativa, uma qualidade institucional fundamental. Em vez de fortalecer instituições formais, a Rússia viu a ascensão de um sistema dominado por regras informais, redes pessoais e barganhas patrimoniais. As decisões passaram a se concentrar em elites próximas ao poder central, sobretudo no Executivo, dificultando a criação de um sistema de freios e contrapesos. Essa trajetória levou à centralização do poder e ao uso seletivo da repressão, resultando em uma forma de capitalismo político em que o mercado existe formalmente, mas está subordinado ao controle político e aos interesses de uma elite restrita.

A seção *The Un-Taming of the Russian Bear*, do livro *The Narrow Corridor* (Acemoglu & Robinson, 2019), argumenta que, após o colapso da União Soviética, a transição russa não se deu de forma estruturada ou democratizante. Houve mudanças políticas, econômicas e sociais, como maior liberdade individual e liberalização de mercado, mas as elites se mantiveram próximas ao poder. Muitas empresas estatais foram privatizadas, mas esse processo foi amplamente manipulado e acabou concentrando os ativos nas mãos de antigos membros do governo e seus apoiadores, que formaram coalizões com características oligárquicas. Um marco importante nesse processo foi o programa de privatizações promovido por Boris Yeltsin (o *loans-for-shares*) que, segundo Woods (2006), transferiu o controle das maiores empresas estatais para grupos financeiros recém-formados, conferindo enorme poder a oligarquias e grupos industriais. Além disso, essas redes de poder frequentemente envolviam alianças com organizações criminosas e práticas sistemáticas de corrupção.

Como o colapso do regime soviético decorreu mais de uma crise interna do que de uma mobilização popular, as instituições fundamentais do Estado continuaram funcionando com pouca transformação estrutural. Assim, mesmo com a adoção de elementos do modelo democrático e de economia de mercado, o país não desenvolveu um sistema de freios e contrapesos eficaz. Esse contexto permitiu a Vladimir Putin reativar os mecanismos autoritários herdados da era soviética e recentralizar o poder sob um Leviatã Despótico, minando qualquer avanço institucional no período de transição.

Com o fracasso da tentativa inicial de reforma, a Rússia não passou por uma transformação estrutural profunda. Houve apenas uma reorganização política e econômica que manteve elementos centrais do patrimonialismo e da centralização. As reformas adotadas após 1991 foram limitadas e controladas pelas mesmas elites do período soviético, que instrumentalizaram a economia de mercado para redistribuir ativos estatais por meio de privatizações seletivas. Assim, a Rússia passou a operar como um Estado Rentista, fortemente apoiado nas receitas do petróleo e gás, o que lhe permitiu não depender exclusivamente da

arrecadação tributária. Essa configuração reduziu as exigências por *accountability* e enfraqueceu os vínculos entre Estado e sociedade, favorecendo a manutenção de um regime autoritário.

## Capítulo 4 – Discussão Integrada dos Resultados

### 4.1 Produtividade e realocação setorial no Japão

Este capítulo tem por objetivo realizar uma análise comparativa entre os casos apresentados nos capítulos anteriores, utilizando dados, tabelas e gráficos extraídos das principais referências, bem como de fontes complementares. A análise será conduzida a partir da apresentação e interpretação desses dados, com destaque para informações visuais oriundas dos textos analisados e, quando necessário, complementadas por outras fontes.

No caso do Japão, o capítulo de Okazaki enfatiza a racionalização da indústria por meio da realocação de recursos e da priorização de determinados setores, com foco no aumento da produtividade e na escalabilidade promovida pelo MITI. Em um intervalo de 20 anos, a produtividade por trabalhador passou de 0,213 para 0,926 milhões de ienes, um ganho de 0,713 milhões.

Esse aumento é decomposto pelo autor em três efeitos complementares: o *Within Effect*, que corresponde ao ganho de produtividade dentro dos próprios setores — normalmente por meio de avanços tecnológicos; o *Between Effect*, que refere-se à realocação de recursos entre setores, priorizando aqueles que já apresentavam maior produtividade; e o *Covariance Effect*, ligado à realocação para setores com maior potencial de crescimento no longo prazo. A Tabela 4.1, a seguir, apresenta essa decomposição setorial, enquanto a Fig. 4.1 ilustra a dinâmica da realocação entre indústrias.

		Total	Within	Reallocation	Between	Covariance
1955–1975	Total	0.713	0.508	0.205	0.049	0.156
	Primary	0.049	0.053	−0.004	0.029	−0.033
	Secondary	0.289	0.214	0.075	0.007	0.068
	Tertiary	0.375	0.241	0.134	0.013	0.121

Tabela 4.1 – Comparativo de produtividade industrial no pós-guerra (1955-1975)

Fonte: ECONOMIC AND SOCIAL RESEARCH INSTITUTE, CABINET OFFICE, GOVERNMENT OF JAPAN, 2001. Extraída de OKAZAKI, 2019.

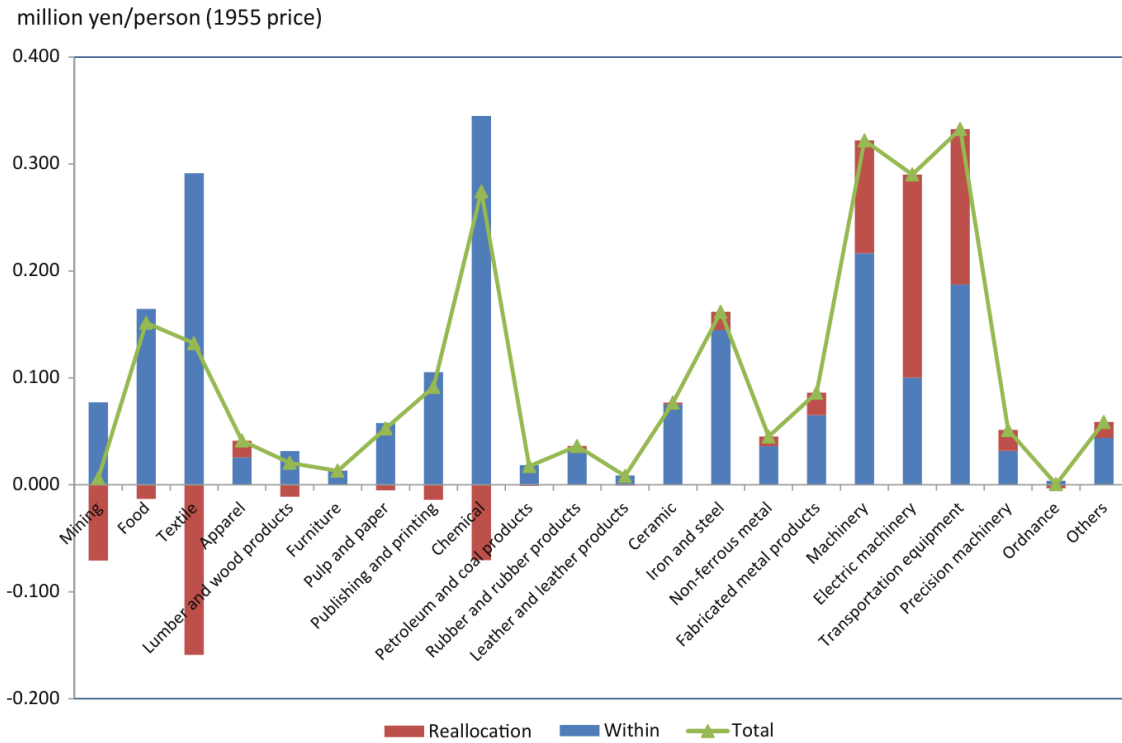


Fig. 4.1 – Decomposição da mudança na produtividade laboral nas indústrias de mineração e manufatura  
 Fonte: ECONOMIC AND SOCIAL RESEARCH INSTITUTE, CABINET OFFICE, GOVERNMENT OF JAPAN, 2001. Extraída de OKAZAKI, 2019.

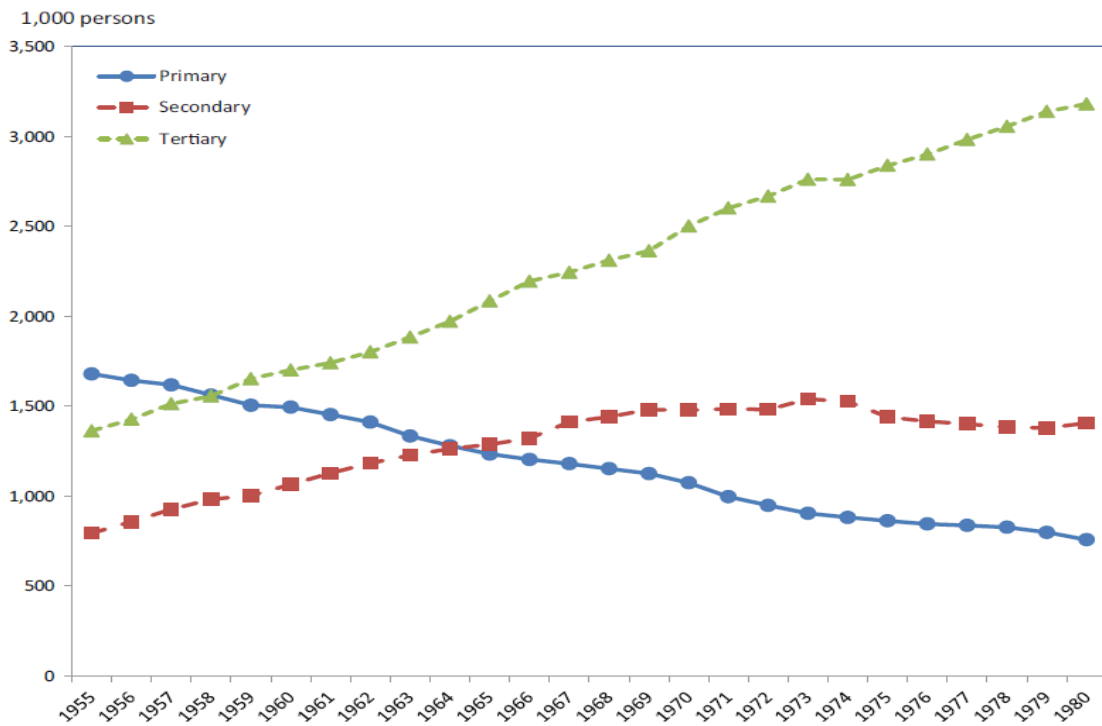


Fig. 4.2 - Mudança estrutural da economia japonesa  
 Fonte: ECONOMIC AND SOCIAL RESEARCH INSTITUTE, CABINET OFFICE, GOVERNMENT OF JAPAN, 2001. Extraída de OKAZAKI, 2019.

Outro dado curioso apontado foi a distribuição de trabalhadores entre os setores: até 1955, cerca de 40% da força de trabalho ainda se concentrava na agricultura. A realocação de recursos, portanto, não se restringiu ao fator capital, abrangendo também o fator trabalho, como pode ser observado no gráfico da Fig. 4.2.

## 4.2 Desempenho econômico e institucional nos países pós-comunistas

Além dos resultados da Sérvia, Upchurch também examina dados de outros países do bloco pós-comunista. Alinhando-se à análise de Robinson, os dados indicam que os países da Europa Central e Oriental (CEE) obtiveram resultados significativamente melhores, a partir de 1989, do que os países da Comunidade dos Estados Independentes (CIS). Num primeiro momento, com o colapso da URSS, houve retração generalizada da produção, uma característica comum a contextos de pós-guerra. A Polônia recuperou seus níveis de produção de 1989 já em 1995, seguida pela Eslovênia em 1998 e pela Hungria 2000. Em contraste, em 2010, a Letônia ainda operava com apenas 56% de sua produção de 1989.

Em relação ao PIB per capita em paridade de poder de compra (PPP), o autor apresenta dados que comparam os países pós-comunistas com os membros originais da União Europeia (UE-15). Em 2008, Eslovênia e República Tcheca alcançaram cerca de 75% da renda média da UE-15, figurando entre os países mais próximos do padrão de vida ocidental entre os novos membros da UE. Já os países da CIS apresentaram desempenhos muito inferiores, variando entre 5% e 15% da renda per capita dos países centrais, enquanto a média dos países em processo de adesão à UE foi de cerca de 50%. No Índice de Percepção da Corrupção da Transparência Internacional de 2008, a pontuação média dos países da CEE foi de 5,0. Já países da CIS, como Azerbaijão, Uzbequistão e Turcomenistão, obtiveram pontuações entre 1,8 e 1,9 (em uma escala de 0 a 10, na qual pontuações mais altas indicam menor percepção de corrupção).

No artigo *Efficiency of Institutional Transformations in Post-Communist Countries* (2017), são apresentadas análises sobre o desempenho institucional, econômico e social de alguns países pós-comunistas. O foco principal está no índice GCI (Global Competitiveness Index), especialmente no Pilar 1, que trata da qualidade das instituições. Esse pilar considera aspectos como direitos de propriedade, confiança pública, independência do Judiciário, entre outros, e atribui notas entre 0 (péssimo) e 7 (excelente).

Os países foram classificados em quatro clusters, definidos com base nas médias do Pilar 1 do GCI no período de 2004 a 2015. O cluster 1 (República Tcheca, Estônia, Letônia, Lituânia, Polônia e Eslovênia) abrange os países com melhor desempenho institucional. O cluster 2 (Bulgária, Croácia, Romênia, Rússia e Eslováquia) reúne países com desempenho intermediário. O cluster 3 (Hungria e Sérvia) agrupa países com desempenho fraco, enquanto o cluster 4 (Moldávia e Ucrânia) corresponde aos países com o pior desempenho institucional do grupo. Para fins comparativos, os autores também apresentam os dados de PIB per capita (em PPP) e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos mesmos países, no mesmo período. Essas variáveis

foram organizadas de acordo com o mesmo critério de segmentação adotado por clusters (observe a Tabela 4.2).

**Clustering of the countries by efficiency of their institutional transformations, GDP per capita in PPP terms and HDI (2004-2015)**

	Clustering		
	By average value of the institutional environment development	By average value of GDP per capita in PPP terms (US\$)	By average value of Human Development Index
Czech Republic	1	1	2
Estonia	1	2	1
Lithuania	1	2	3
Poland	1	2	1
Latvia	1	2	1
Slovenia	1	1	2
Russian Federation	2	2	3
Bulgaria	2	3	3
Romania	2	2	3
Slovakia	2	1	1
Croatia	2	2	3
Hungary	3	2	1
Serbia	3	3	3
Ukraine	4	4	4
Moldova	4	4	4

Tabela 4.2 - Classificação de países pós-comunistas por eficiência de transformações institucionais, PIB per capita (PPC) e IDH (2004-2015)

Fonte: WORLD BANK, 2015; UNITED NATIONS, 2015; WORLD ECONOMIC FORUM, 2015. Extraída de HRAZHEVSKA et al., 2017.

O artigo destaca a Lituânia, que, apesar de estar no Cluster 1 em termos institucionais, apresentou um IDH mais baixo, possivelmente devido a falhas em alguns aspectos específicos do Pilar 1. Também chama atenção a Eslováquia, que, mesmo pertencendo ao Cluster 2, obteve um dos melhores desempenhos econômico e social. Ademais, menciona-se a Hungria, que apresenta bom desempenho em IDH e PIB per capita, mas pontuações institucionais bastante baixas.

### 4.3 Padrões de abertura econômica e reformas estruturais

Conforme discutido no artigo de Robinson, os países da Europa Central e Oriental (CEE) apresentavam maior diversificação econômica e maior abertura comercial já antes do colapso do comunismo, diferentemente dos países da Comunidade dos Estados Independentes (CIS). Esse fator é um dos que explicam sua maior preparação para uma transição mais branda e eficiente rumo à economia de mercado. Para ilustrar essa diferença, o autor apresenta a Tabela 4.3, que mostra a porcentagem do PIB proveniente do comércio internacional.

Além de a proporção das exportações ser maior nos países da CEE, sua composição também era mais diversificada do que na URSS. Enquanto 56,5% das exportações soviéticas eram baseadas em combustíveis minerais, os países do Leste Europeu apresentavam cerca de 60% de sua pauta exportadora composta por manufaturas diversas. O autor destaca que as pré-condições (ou seja, a presença de um modelo híbrido entre Estado de propriedade e rentismo,

tal como se desenvolveu nos países da Europa Ocidental) foram determinantes para a implementação de reformas mais amplas e para uma maior abertura ao comércio internacional. A Tabela 4.4 apresenta os indicadores do *European Bank for Reconstruction and Development* (EBRD) para reformas políticas e liberalização comercial, bem como a porcentagem do setor privado no PIB, no período de 1990 a 1995.

	USSR	Bulgaria	Hungary	Poland	Romania	Czechoslovakia
1967	3.9	28	40	20	17	30
1980	8	40	54	31	27	29
1986	8	42	58	32	20	32

Tabela 4.3 - Exportações na renda nacional sob o planejamento central (%)

Fonte: adaptado de LAVIGNE, 1991, p.14. Extraída de ROBINSON, 2003.

Property/rentier mix and trade structure	EBRD reform indicator average <sup>a</sup>	EBRD measure of trade and foreign exchange liberalization <sup>a</sup>	Private sector share of GDP (%)
Low and uniform			
Russia	2.55	3	55
CIS average	1.97	2.6	27
Romania	2.44	5	40
Medium and uniform			
Bulgaria	2.55	4	45
Medium and diverse			
Czech Republic	3.66	5	70
Slovakia	3.44	5	60
High and diverse			
Hungary	3.66	5	60
Poland	3.55	5	60

Tabela 4.4 - Indicadores do European Bank for Reconstruction and Development de estados pós-comunistas (1990-1995)

Fonte: EBRD, 1995, p.11 (dados compilados pelo autor). Adaptado de ROBINSON, 2003.

Mesmo que os dados se refiram a períodos distintos, ao analisarmos a Tabela 4.2 em conjunto com a Tabela 4.4, é possível observar certa correspondência entre os indicadores. Em geral, os países que apresentaram bom desempenho institucional, altos valores de PIB per capita (PPP) e elevados índices de IDH nos anos 2000 também registraram, no início da década de 1990, maiores níveis de liberalização econômica, maior participação do setor privado no PIB e avanços mais significativos em reformas estruturais (ver Tabela 4.5 <sup>1</sup>). Talvez a principal exceção a esse padrão seja a Hungria, que, apesar de ter apresentado resultados insatisfatórios no indicador de instituições (originalmente classificada no Cluster 3), obteve bons desempenhos nas demais variáveis.

<sup>1</sup> Numeração dos clusters invertida em relação a tabela 4.2 para melhor adequação comparativa

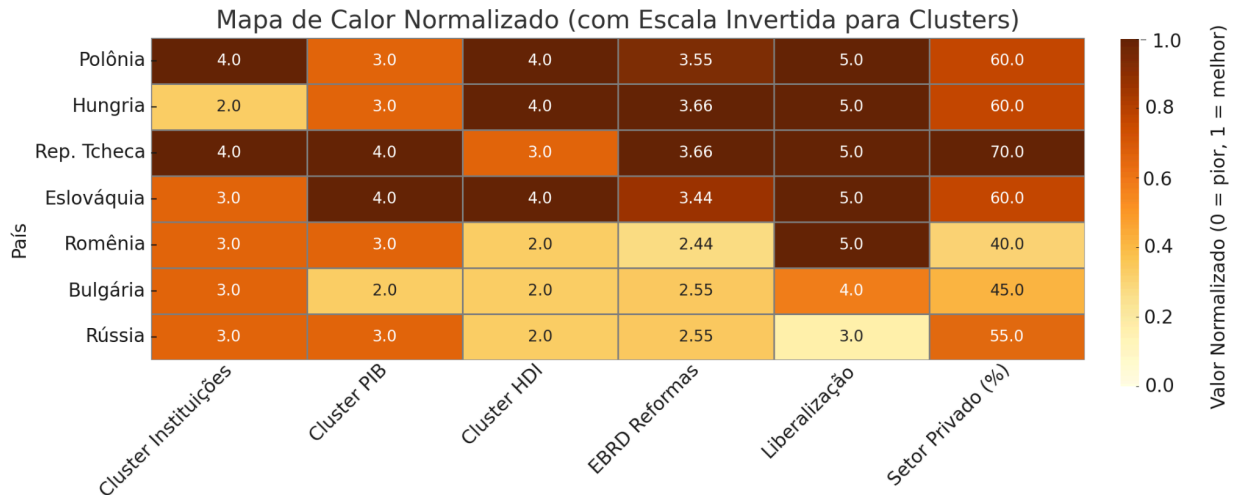


Tabela 4.5 - Síntese de indicadores pós-comunistas (reformas EBRD, GCI, PIB e IDH)

Fonte: Compilação do autor (2023) a partir de EBRD, 1995; WORLD BANK et al., 2015; HRAZHEVSKA et al., 2017; ROBINSON, 2003.

#### 4.4 Comparações internacionais: GCI e PIB

A partir da base de dados do Relatório de Competitividade Global, mencionada no artigo *Efficiency of Institutional Transformations in Post-Communist Countries* (2017), foi possível obter os valores do Pilar 1 do GCI (Instituições) para os países pós-comunistas no período de 2007 a 2017, o que permitiu a construção da Fig. 4.3. Observa-se que, apesar da segmentação em clusters, com exceção da Estônia (que apresentou média próxima a 5,0), todos os demais países permaneceram com score entre 3,0 e 4,25 ao final do período analisado, indicando desempenho institucional relativamente homogêneo entre os países.

O score da Estônia no índice é equiparável ao de países desenvolvidos, como Japão e Alemanha (observe na Fig 4.4). Curiosamente, a Coreia do Sul apresentou uma queda nesse indicador, entre 2008 e 2010, aproximando-se do padrão dos países pós-comunistas da CEE. Observa-se também que a Sérvia permaneceu abaixo da média dos países da CIS durante todo o período analisado, enquanto a Rússia apresentou melhora a partir de 2012, aproximando-se dessa média.<sup>2</sup>

<sup>2</sup> Bielorrússia, Turcomenistão e Uzbequistão não foram contabilizados na linha média dos países da CIS por não constarem na base de dados

### GCI index (Pillar 1: Institutions) - Pós-comunistas (2007 - 2017)

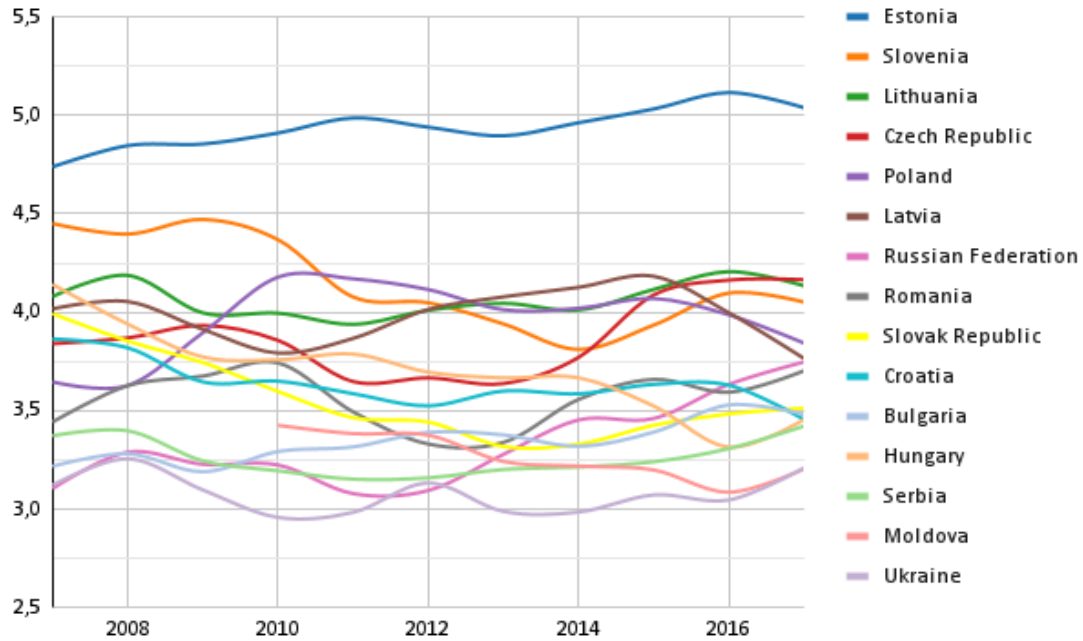


Fig. 4.3 - Ranking institucional (GCI Pillar 1) em países pós-comunistas

Fonte: WORLD ECONOMIC FORUM, 2015 (dados do Global Competitiveness Index). Adaptado de HRAZHEVSKA et al., 2017.

### GCI index (Pillar 1: Institutions) - cases (2007 - 2017)

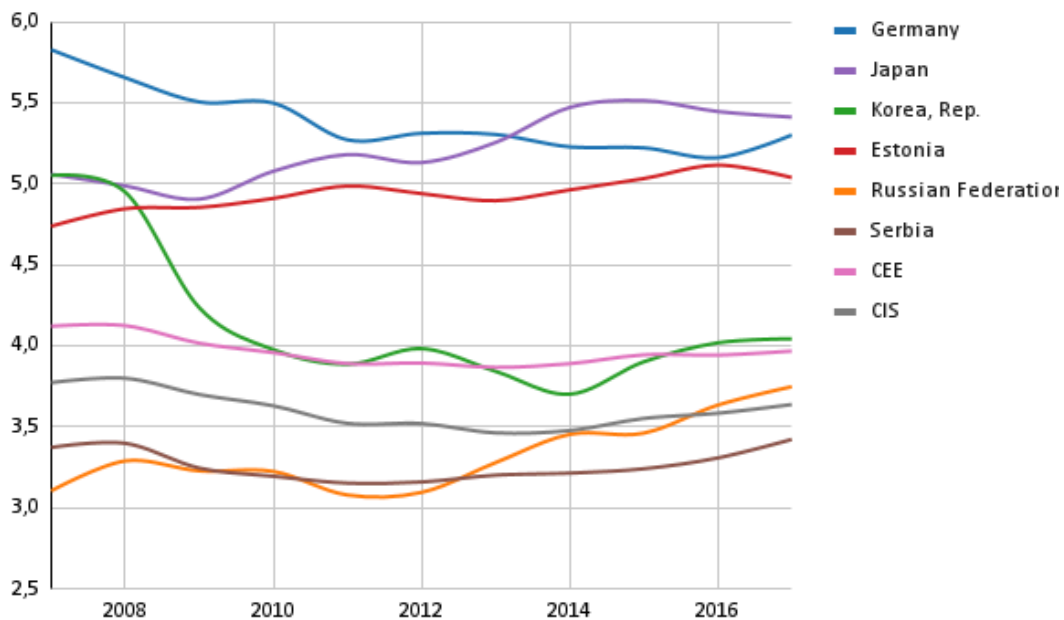


Fig. 4.4 - Desempenho institucional (GCI Pillar 1) em economias selecionadas (2007-2017)

Fonte: WORLD ECONOMIC FORUM, 2015 (dados do Global Competitiveness Index). Adaptado de HRAZHEVSKA et al., 2017.

### GDP per capita (1990 Int. GK\$) - Pós-comunistas (1945 - 2008)

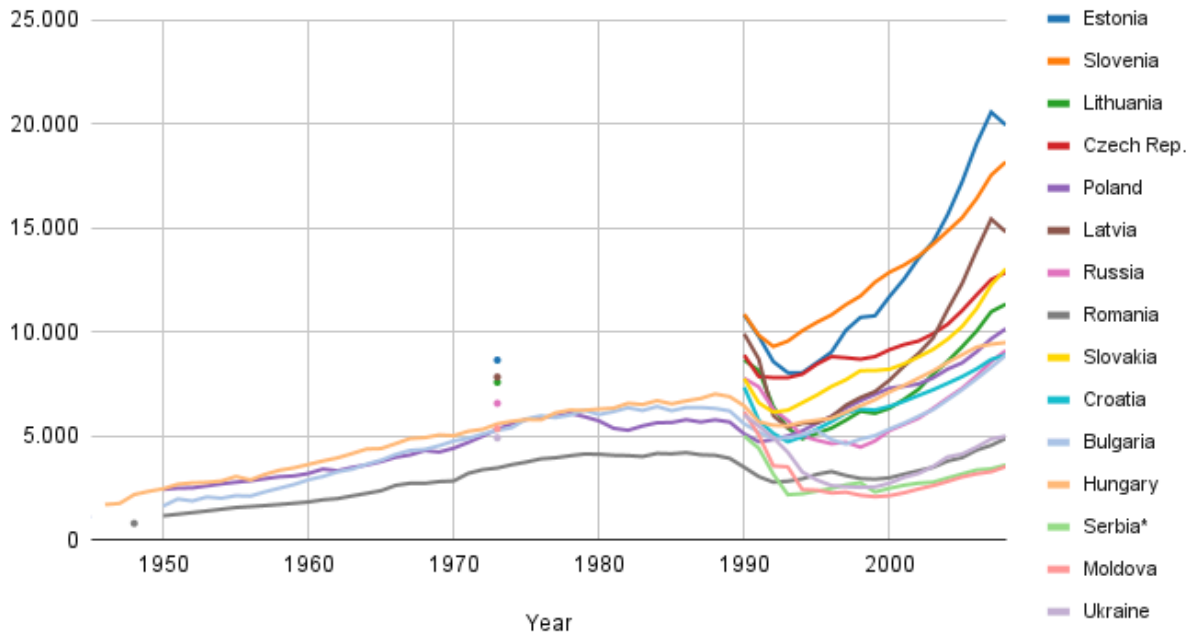


Fig. 4.5 - Evolução do PIB per capita em países pós-comunistas (1945-2008)

Fonte: THE MADDISON-PROJECT, 2013 (dados em GK\$ internacionais de 1990). Adaptado de OKAZAKI, 2019.

### GDP per capita (1990 Int. GK\$) - Cases (1880 - 2008)

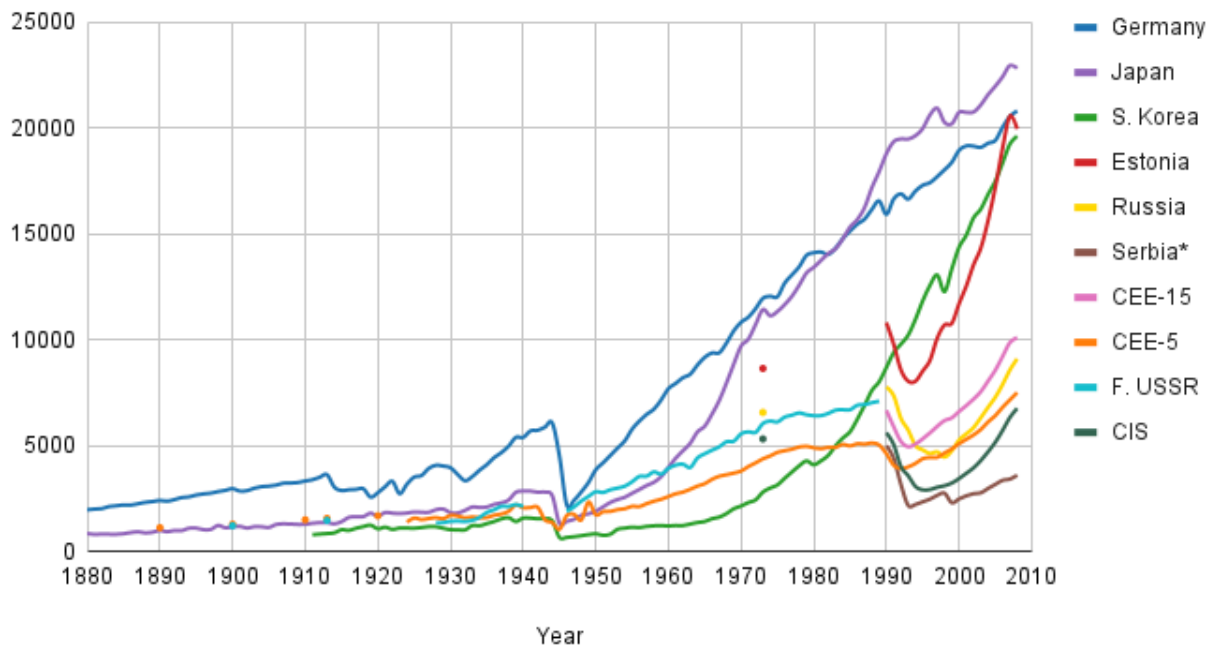


Fig. 4.6 - Comparativo do PIB per capita: casos globais e pós-comunistas (1945-2008)

Fonte: THE MADDISON-PROJECT, 2013 (dados em GK\$ internacionais de 1990). Adaptado de OKAZAKI, 2019.

De forma complementar, ao analisar o PIB per capita (1990 Int. GK\$) dos países pós-comunistas a partir dos dados extraídos do capítulo *The Developmental State Evolving: Japan's Graduation from a Middle-Income Country* (2019), é possível verificar se há correspondência entre desempenho institucional e renda (embora a análise aqui não seja causal). Tal como no índice institucional, a Estônia foi o país com maior renda per capita (sendo o único a ultrapassar a marca dos 20 mil), superando a Eslovênia a partir de 2003. Por outro lado, Moldávia, Ucrânia e Sérvia<sup>3</sup> permaneceram entre os países com menores níveis de renda per capita, o que também reflete seus baixos scores institucionais. Um ponto adicional a ser destacado é que todos os países analisados (Ver Fig. 4.5) apresentaram queda do PIB per capita a partir de 1990, reforçando a hipótese de que o colapso da URSS gerou impactos econômicos semelhantes aos de um cenário de pós-guerra.

A Fig. 4.6 permite visualizar de forma integrada várias das análises desenvolvidas ao longo deste trabalho, tanto sobre os países estudados em profundidade, quanto sobre aqueles mencionados de forma mais breve. A queda no nível de renda média dos países pós-comunistas, após o colapso da URSS, é comparável à dos países devastados pela Segunda Guerra Mundial, neste caso Japão e Alemanha. No imediato pós-guerra, a Alemanha apresentou uma queda e reestruturação econômica mais acentuadas, mas, a partir da década de 1960 (período em que o Japão implementou políticas intervencionistas via MITI), o crescimento japonês se tornou notável, superando o da Alemanha durante a década de 1980.

A linha CEE-5 representa a média dos cinco países da Europa Central e Oriental com dados disponíveis antes de 1990, o que permite observar tanto a queda quanto a recuperação econômica mais moderada dessa região após o fim da URSS. A Rússia, analisada neste trabalho como um caso de instituições com baixa eficiência adaptativa, apresentou níveis de renda superiores à média dos países da CIS e próximos à média da CEE, embora sem grandes avanços. Por outro lado, a Sérvia (juntamente a Montenegro e Kosovo) manteve-se abaixo das médias da CIS e da CEE, sem alcançar o patamar de 5.000 (em GK\$ internacionais de 1990) desde o início do período analisado, e com crescimento econômico persistentemente baixo.

Destaca-se novamente a Estônia, que, mesmo enfrentando uma queda abrupta no início da década de 1990, demonstrou um crescimento vertiginoso ao longo dos anos seguintes, atingindo níveis similares aos de países desenvolvidos. Juntamente com a Coreia do Sul (cujo crescimento se intensificou a partir da década de 60 com o golpe militar e as políticas do EPB), são exemplos de países que seguiram trajetórias de crescimento econômico robusto. Ao final do período analisado (até 2008), ambos já haviam alcançado níveis de renda per capita semelhantes ao da Alemanha, uma referência de país desenvolvido.

---

<sup>3</sup> Sérvia é contabilizada na base junto a Montenegro e Kosovo

#### 4.5 Síntese analítica: Japão versus países pós-comunistas

A Tabela 4.6 apresenta um contraponto entre o Japão (analisado como caso de sucesso institucional) e os países pós-comunistas (com foco especial na Sérvia) como exemplo de trajetória marcada por insucesso e disfunções institucionais.

**Tabela 4.6**

Aspecto	Japão	Países pós-comunistas
Coordenação institucional	Coordenação estatal combinada com aprendizado institucional	Colapso da coordenação central e regras instáveis
Qualidade institucional	Eficiência adaptativa e resposta aos desafios	Normas disfuncionais e incentivos ao rent-seeking
Estratégia econômica	Políticas industriais com metas claras e accountability	Privatizações opacas e prática de clientelismo político
Estrutura de governança	Consolidação de instituições fiscalizadoras e autônomas	Ausência de instituições de controle e fiscalização
Desempenho econômico e social	Crescimento inclusivo e sustentado	Estagnação econômica, evasão de capitais e desigualdade

As análises realizadas ao longo deste trabalho permitiram avaliar, sob diferentes ângulos, as proposições iniciais sobre os fatores que explicam a resiliência institucional no pós-guerra. Observou-se que a adaptação bem-sucedida das instituições não depende apenas da ocorrência de rupturas formais ou da persistência de trajetórias históricas, mas da forma como os incentivos foram reconfigurados nesse contexto, influenciando o comportamento de atores estatais e não estatais. Países como Alemanha e Japão demonstraram maior capacidade de alinhar autoridade estatal com participação social (ainda que em graus distintos) e, com isso, aproximaram-se da lógica do *Corredor Estreito*. Em contraste, os casos da Rússia e parte dos países pós-comunistas ilustram como a ausência de uma governança estatal coordenada e a presença de incentivos extrativos comprometeram a eficiência adaptativa.

O papel das lideranças, o direcionamento da sociedade e a capacidade das instituições de gerar aprendizado e ajustar regras foram elementos decisivos para os caminhos divergentes observados. Além disso, a relação entre instituições, custos de transação e funções de mercado (ainda que menos central nas análises empíricas) mostrou-se útil como lente complementar para entender como certos ambientes institucionais facilitam a inovação, a coordenação e a superação de choques. Em conjunto, os casos analisados confirmam a importância da interação entre estabilidade e flexibilidade institucional, revelando que a resiliência não é produto de um modelo único, mas de arranjos diversos que conseguem responder a contextos críticos de forma coordenada, inclusiva e adaptativa.

## **Capítulo 5 – Considerações Finais**

Este capítulo apresenta uma síntese geral do trabalho, retomando os objetivos iniciais, a trajetória analítica desenvolvida ao longo dos capítulos e os principais achados obtidos. Além disso, discute as contribuições do estudo, suas limitações e possibilidades de aprofundamento em pesquisas futuras.

A motivação do trabalho foi entender por que alguns países se recuperam de modo mais eficiente após uma crise ou desastre, como uma guerra, enquanto outros enfrentam longos períodos de estagnação e dificuldades na reconstrução, sob a ótica institucional. A ideia inicial partiu da hipótese de que países com instituições mais sólidas (formais e informais) apresentariam maior eficiência adaptativa para promover a recuperação estrutural política, social e econômica. As teorias abordadas como base argumentam que esse processo depende do histórico institucional anterior aos momentos de ruptura, e não apenas das medidas adotadas posteriormente. A análise dos casos buscou, portanto, averiguar se as proposições teóricas se confirmavam na prática. De modo geral, os resultados confirmaram a hipótese de que instituições com maior flexibilidade adaptativa e arranjos de coordenação mais robustos foram mais eficazes na promoção da reconstrução. Por outro lado, onde prevaleceram estruturas rígidas ou elites resistentes à mudança, observou-se maior recorrência de disfunção institucional. Para tanto, foram selecionados países que, reconhecidamente, apresentaram bom desempenho econômico no pós-guerra, e outros que enfrentaram períodos conturbados após uma ruptura estrutural, permitindo a comparação de seus resultados e a investigação de seus passados institucionais.

Uma das principais conclusões obtidas é que pequenos desvios podem levar a trajetórias completamente distintas e que, embora fortemente influenciadas pela herança institucional de cada país, as instituições podem se modificar ao longo do tempo, inclusive por fatores exógenos. O Japão, por exemplo, poderia ter seguido uma trajetória distinta sem a participação ativa dos EUA, dada a ausência de uma mobilização social significativa. Da mesma forma, a Alemanha poderia ter regredido a um governo autocrático, caso dissidentes do regime anterior tivessem mantido poder suficiente, algo que ocorreu em alguns países pós-comunistas, como por exemplo a Rússia.

O conceito de eficiência adaptativa revela-se valioso justamente por permitir a correção de desvios institucionais, sendo que os países mais flexíveis a essas mudanças foram também os que melhor reagiram no pós-guerra, como por exemplo o Japão, com as políticas industriais conduzidas pelo MITI. Também foi possível observar a importância dos incentivos, da governança e do equilíbrio institucional, e como sua ausência comprometeu a recuperação econômica em países como a Sérvia.

Ademais, é importante destacar algumas limitações do estudo. Não é possível estabelecer relações de causalidade de forma direta, tampouco desconsiderar a influência de outros fatores além das instituições para explicar os diferentes resultados observados. Isso se deve, em parte, à própria complexidade dos sistemas sociais e econômicos analisados, nos quais múltiplas variáveis interagem de forma não linear, dificultando a atribuição de efeitos a causas isoladas. Além disso, cada caso analisado carrega especificidades históricas, culturais e políticas que não podem ser plenamente controladas, mesmo entre países com experiências semelhantes, como os pós-comunistas. A Sérvia enfrentou enormes dificuldades para se reestruturar após os anos 1990, em grande parte devido aos conflitos armados e às guerras civis que se seguiram à dissolução da Iugoslávia. Esses eventos, embora exógenos ao arcabouço institucional propriamente dito, comprometeram a estabilidade política, fragmentaram o tecido social e dificultaram a implementação de reformas. Fatores como esses demonstram que a trajetória de recuperação de um país não depende apenas da qualidade de suas instituições, mas também de choques históricos e contextuais que moldam o ambiente no qual essas instituições operam.

Os conceitos de eficiência adaptativa, governança policêntrica e corredor estreito revelaram-se úteis para interpretar os arranjos institucionais analisados. No entanto, por se tratarem de categorias qualitativas e contextuais, sua mensuração direta permanece desafiadora. A análise recorreu a interpretações comparativas e ao uso pontual de indicadores, como o GCI, que, embora úteis como aproximações, não captam integralmente a complexidade dos fenômenos envolvidos.

A pesquisa aqui realizada pode ser expandida para outros casos de reconstrução pós-guerra ou aplicada a contextos distintos, como desastres naturais ou crises humanitárias. Casos como o da Estônia ou o da Coreia do Sul (ambas com resultados bem acima da média), são exemplos promissores que podem ser explorados com maior profundidade, inclusive sob perspectivas complementares à institucional, como políticas educacionais ou estratégias de inovação tecnológica. Estudos futuros poderão aprofundar essa abordagem em outros contextos disruptivos, contribuindo para refinar nossa compreensão sobre as condições institucionais que tornam as sociedades mais resilientes diante do inesperado.

## Referências Bibliográficas

- ACEMOGLU, D.; ROBINSON, J. A. (2012). *Why Nations Fail: The Origins of Power, Prosperity, and Poverty*. New York: Crown Publishers.
- ACEMOGLU, D.; ROBINSON, J. A. *The Narrow Corridor: States, Societies, and the Fate of Liberty*. New York: Penguin Books, 2019.
- ALIGICA, P. D. *Institutional Diversity and Political Economy: The Ostroms and Beyond*. New York: Oxford University Press, 2014.
- ANDERSON, C.; TOLLENAERE, M. Supporting Institutional Resilience. *Journal of Institutional Economics*, v. 18, n. 3, p. 401-420, 2022.
- ARENDDT, H. *The Origins of Totalitarianism*. New York: Schocken Books, 1951.
- BANCHOFF, T. *The German Problem Transformed: Institutions, Politics, and Foreign Policy, 1945-1995*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1999.
- BEDNAR, J. *Robust Institutional Design: What Makes Some Institutions More Adaptable and Resilient to Changes in Their Environment Than Others?* Cambridge: MIT Press, 2018.
- CARLIN, W. West German growth and institutions. In: CRAFTS, N.; TONIOLO, G. (Eds.). *Economic Growth in Europe Since 1945*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994. p. 103-141.
- CHENG, T.-j.; HAGGARD, S.; KANG, D. Institutions and growth in Korea after 1961. In: LEIPZIGER, D. (Org.). *Lessons from East Asian Development*. Washington, DC: World Bank, 1998. p. 71-108.
- CORPORATION FOR RATIONALIZATION OF COAL MINING INDUSTRY. *Annual Report on Coal Mining Industry*. Tokyo: CRCMI, 1976.
- ECONOMIC AND SOCIAL RESEARCH INSTITUTE – CABINET OFFICE, GOVERNMENT OF JAPAN. *National Accounts Annual Report 2001*. Tokyo: ESRI, 2001.
- EUROPEAN BANK FOR RECONSTRUCTION AND DEVELOPMENT (EBRD). *Transition Report 1995: Investment and Enterprise in the Transition*. London: EBRD, 1995.
- FUKUYAMA, F. *Social capital and civil society*. IMF Working Paper, n. WP/99/74. Washington, DC: International Monetary Fund, 1999.
- HRAZHEVSKA, O.; PETROVSKY, M.; DEMYDIUK, O. Efficiency of institutional transformations in post-communist countries. *Journal of Comparative Economics*, v. 45, n. 2, p. 372-392, 2017.
- LAVIGNE, M. *Socialist Economies of the 1980s: A Comparative Study*. London: Routledge, 1991.
- NORTH, D. C. Final remarks—institutional change and economic history. *Journal of Institutional and Theoretical Economics*, v. 145, n. 1, p. 238–245, 1989.
- NORTH, D. C. *Institutions, Institutional Change, and Economic Performance*. New York: Cambridge University Press, 1990.
- NORTH, D. C. Institutions. *Journal of Economic Perspectives*, v. 5, n. 1, p. 97-112, 1991.
- NORTH, D. C.; WILLIAMSON, O. E. Institutions and transaction costs. *Journal of Institutional and Theoretical Economics*, v. 149, n. 1, p. 61-65, 1993.

- NUREYEV, R. M.; DEMENTIEV, V. E. *Post-Soviet Institutionalism*. Moscow: Higher School of Economics Press, 2005.
- OKAZAKI, Tetsuji. Development state evolving: Japan's graduation from a middle-income country. In: TAKAGI, Yusuke; KANCHOONCHAT, Veerayooth; SONOBE, Tetsushi (Org.). *Developmental State Building: The Politics of Emerging Economies*. Singapore: Springer, 2019. p. 19-46.
- OSTROM, E. *Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action*. Princeton: Princeton University Press, 2010.
- PESIĆ, V. *Political Corruption in Serbia*. Brussels: Centre for European Policy Studies, 2007. (Working Paper 245).
- ROBINSON, N. *Communist and Post-Communist States, and Path Dependent Political Economy*. London: Routledge, 2003.
- RODRIK, D. Goodbye Washington Consensus, Hello Washington Confusion? *Journal of Economic Literature*, v. 44, n. 4, p. 973-987, 2006.
- SCHUMPETER, J. A. *Capitalism, Socialism and Democracy*. New York: Harper & Brothers, 1942.
- SONG, Z.; SIMPSON, J. Policy uncertainty and adaptive efficiency: Evidence from post-war institutional reforms. *Journal of Comparative Economics*, v. 46, n. 3, p. 712-730, 2018.
- STIGLITZ, J. E. Whither reform? Ten years of the transition. In: WORLD BANK. *Proceedings of the Annual World Bank Conference on Development Economics 1999*. Washington, DC: World Bank, 1999. p. 27-56.
- THE MADDISON PROJECT. *Maddison Project Database 2013*. Groningen: University of Groningen, 2013. Disponível em: <https://www.rug.nl/ggdc/historicaldevelopment/maddison/>. Acesso em: [insira data].
- TREISMAN, D. *The Architecture of Government: Rethinking Political Decentralization*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- TOYO KEIZAI SHINPO SHA. *Statistics Yearbook of Japan Coal Mining*. Tokyo: Toyo Keizai, 1991.
- UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME (UNDP). *Human Development Report 2015*. New York: UNDP, 2015.
- UPCHURCH, M. Persistent economic divergence and institutional dysfunction in post-communist economies: an alternative synthesis. *Competition & Change*, v. 16, n. 1, p. 3-27, 2012.
- WITT, Michael A. Japan: Coordinated Capitalism Between Institutional Change and Structural Inertia. In: WITT, Michael A.; REDDING, Gordon (Eds.). *The Oxford Handbook of Asian Business Systems*. Oxford: Oxford Academic, 2014. Edição online.
- WOODS, D. Russia's oligarchs and the loans-for-shares programme. *Post-Soviet Affairs*, v. 22, n. 4, p. 295-318, 2006.
- WORLD BANK. *World Development Indicators 2015*. Washington, DC: World Bank, 2015.
- WORLD ECONOMIC FORUM. *The Global Competitiveness Report 2015-2016*. Geneva: WEF.